



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO  
LINHA DE PESQUISA: Linguagem, Cultura e Identidade**

**ROSILENE ALVES DA SILVA VITORINI**

**MULHERES DE SANTA MARIANA - PR ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 A 1940:  
UMA LEITURA DOS SILÊNCIOS.**

**FOZ DO IGUAÇU - PR  
2021**

ROSILENE ALVES DA SILVA VITORINI

**MULHERES DE SANTA MARIANA - PR ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 A 1940:  
UMA LEITURA DOS SILÊNCIOS.**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, na linha de pesquisa de Linguagem, Cultura e Identidade, sob a orientação da Professora Doutora Luciana Vedovato.

FOZ DO IGUAÇU - PR  
2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Vitorini, Rosilene Alves da Silva  
Mulheres de Santa Mariana - PR entre as décadas de  
1920 a 1940 : uma leitura dos silêncios / Rosilene Alves  
da Silva Vitorini; orientador(a), Luciana Vedovato, 2021.  
83 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação,  
Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade,  
Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Santa Mariana. 2. Patriarcado. 3. Resistência. 4.  
Educação. I. Vedovato, Luciana. II. Título.

## **ROSILENE ALVES DA SILVA VITORINI**

**MULHERES DE SANTA MARIANA - PR ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 A  
1940: UMA LEITURA DOS SILÊNCIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociedade, cultura e fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras, linha de pesquisa Linguagem, Cultura e Identidade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

---

Orientador(a) - Luciana Vedovato

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu  
(UNIOESTE)

---

Cleiser Schenatto Langaro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu  
(UNIOESTE)

---

Juliana Cristina Salvadori

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Foz do Iguaçu, 12 de março de 2021

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, que me proporcionou a oportunidade de viver e ter forças para conquistar mais uma etapa tão sonhada.

Ao meu esposo e ao meu filho, que foram incentivadores e ouvintes em todos os momentos, no percurso da caminhada nesta conquista.

A minha mãe e a todas as mulheres batalhadoras que passaram pela minha vida, as quais me inspirei em vários momentos.

Ao meu pai, pelos ensinamentos, me incentivando a ser uma mulher autônoma e capaz na busca pela realização dos meus sonhos e projetos, mostrando o quanto a educação é valiosa.

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Luciana Vedovato, pela orientação sábia e amiga, pelos exemplos de conhecimento e dedicação.

À Vania Maria da Costa Valle, coordenadora de apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Unioeste, pela atenção nos momentos de dúvidas, e pelas palavras de incentivo.

À equipe da Pró-Reitoria de Extensão da Unila, por me encorajar e me apoiar na busca por novas possibilidades de aprimoramento profissional e de estudos.

Às professoras Cleiser Schenatto Langaro, Angela Maria de Souza e Juliana Cristina Salvadori, pelas contribuições valiosíssimas sugeridas referente as análises do texto.

À Secretaria Municipal de Cultura do município de Santa Mariana, representada pela professora Marilda Spagolla, pela atenção e pelas informações compartilhadas por meio de documentos, revistas e vídeos, os quais contribuíram para a concretização desta pesquisa.

*Ao compartilharmos, no dia-a-dia do ensinar e do aprender, ideias, percepções, sentimentos, gestos, atitudes e modos de ação, sempre ressignificados e reelaborados em cada um, vamos internalizando conhecimentos, habilidades, experiências, valores, rumo a um agir crítico-reflexivo, autônomo, criativo e eficaz, solidário. Tudo em nome do direito à vida e à dignidade de todo o ser humano, do reconhecimento das subjetividades, das identidades culturais, da riqueza de uma vida em comum, da justiça e da igualdade social.*

José Carlos Libâneo

VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **Mulheres de Santa Mariana - PR entre as décadas de 1920 a 1940: uma leitura dos silêncios.** 2021. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMO

No presente trabalho busca-se compreender como a narrativa histórica, construída a partir das fontes oficiais, invisibiliza e silencia as mulheres e suas contribuições na sociedade. Para materializar essa pesquisa, observou-se que na escrita oficial do município de Santa Mariana – PR, alguns aspectos foram silenciados, invisibilizados, como exemplo a ausência de informações biográficas sobre Mariana, homenageada na denominação do município. Nota-se nos documentos oficiais do município de Santa Mariana uma tendência em evidenciar e valorizar a figura do proprietário de terras, o pioneirismo, fundamentada em uma concepção patriarcal. O processo investigativo inscreve-se pela pesquisa documental e bibliográfica, tendo como abordagem qualitativa de natureza básica, refletindo sobre as condições históricas impostas sobre as mulheres e na construção de narrativas ancoradas nos saberes econômicos dominantes. O estudo apresenta algumas categorias teóricas como narrativa histórica, processos de silenciamento e patriarcado, educação como estratégia de resistência, partindo de um contexto local para uma abordagem ampliada. Enfim, a pesquisa permitiu de forma breve, aproximar conceitos teóricos, contextos sociais e históricos diversos, e a prática social que em vários aspectos necessita ser tensionada em suas estruturas, para a efetiva equidade de condições de acesso aos direitos e a superação do pensamento patriarcal, de dominação e de opressão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Santa Mariana. Patriarcado. Resistência. Educação.



VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **Women of Santa Mariana - PR between the 1920s and 1940s: a reading of silences.** 2021. Dissertation (Master in Society, Culture and Borders) - State University of Western Paraná. Foz do Iguaçu.

### **ABSTRACT**

The present work seeks to understand how the historical narrative, constructed from official sources, invisibilizes and silences women and their contributions in society. To materialize this research, it was observed that in the official writing of the municipality of Santa Mariana - PR, some aspects were silenced, invisible, such as the absence of biographical information about Mariana, honored in the name of the municipality. It is noted in the official documents of the municipality of Santa Mariana a tendency to highlight and enhance the figure of the landowner, pioneering, based on a patriarchal conception. The investigative process is inscribed by documentary and bibliographic research, with a qualitative approach of a basic nature, reflecting on the historical conditions imposed on women and the construction of narratives anchored in the dominant economic knowledge. The study presents some theoretical categories such as historical narrative, processes of silencing and patriarchy, education as a strategy of resistance, starting from a local context to an expanded approach. Finally, the research allowed, in a brief way, to approach theoretical concepts, diverse social and historical contexts, and the social practice that in several aspects needs be strained in its structures, for the effective equity of conditions of access to rights and the overcoming of patriarchal thought, of domination and oppression.

**KEYWORDS:** Santa Mariana. Patriarchy. Resistance. Education.

VITORINI, Rosilene Alves da Silva. **Mujeres de Santa Mariana - PR entre las décadas de 1920 a 1940: una lectura de los silencios.** 2021. Tesis (Maestría en Sociedad, Cultura y Fronteras) - Universidad Estatal del Oeste del Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMEN

En el presente trabajo se busca comprender cómo la narrativa histórica, construida a partir de las fuentes oficiales, invisibiliza y silencia a las mujeres y sus contribuciones en la sociedad. Para materializar esa investigación, se observó que en la escritura oficial del municipio de Santa Mariana - PR, algunos aspectos fueron silenciados, invisibilizados, como ejemplo la ausencia de informaciones biográficas sobre Mariana, homenajeadas en la denominación del municipio. Se nota en los documentos oficiales del municipio de Santa Mariana una tendencia en evidenciar y valorizar la figura del propietario de tierras, el pionero, fundamentada en una concepción patriarcal. El proceso investigativo se inscribe por la investigación documental y bibliográfica, teniendo como enfoque cualitativo de naturaleza básica, reflexionando sobre las condiciones históricas impuestas sobre las mujeres y en la construcción de narrativas ancladas en los saberes económicos dominantes. El estudio presenta algunas categorías teóricas como narrativa histórica, procesos de silenciamiento y patriarcado, educación como estrategia de resistencia, partiendo de un contexto local para un abordaje ampliado. Finalmente, la investigación permitió de forma breve, aproximar conceptos teóricos, contextos sociales e históricos diversos, y la práctica social que en varios aspectos necesita ser tensionada en sus estructuras, para la efectiva equidad de condiciones de acceso a los derechos y la superación del pensamiento patriarcal, de dominación y opresión.

**PALABRAS CLAVE:** Santa Mariana. Patriarcado. Resistencia. Educación.

## **LISTA DE SIGLAS**

CFSP - Companhia Ferroviária São Paulo- Paraná.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PBA - Projeto Básico Ambiental.

PR- Paraná.

TI - Terra Indígena.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

UHM - Usina Hidrelétrica Mauá.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1- Mapa da região onde estão localizados os municípios de Santa Mariana e Santo Inácio - Paraná.....	20
FOTOGRAFIA 1- Casamento religioso em Santa Mariana - Paraná. 1948.....	35
FOTOGRAFIA 2- Maternidade e responsabilidade dos cuidados com os filhos.....	42
FOTOGRAFIA 3 - Inauguração da primeira escola de Santa Mariana.....	48
FOTOGRAFIA 4 - Estação Ferroviária de Santa Mariana.....	62

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS HISTÓRICOS E A ATUAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA HISTÓRIA.....</b>	<b>19</b>
1.1 FORMAÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO REFERENTE À ATUAÇÃO DAS MULHERES.....	21
1.1.1 O funcionamento do discurso histórico e seus efeitos na atualidade.....	25
1.1.2 O patriarcado e o pioneirismo do colonizador como processos de dominação e exploração.....	28
1.2 ATUAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA.....	32
1.3 ATUAÇÃO DAS MULHERES E ASPECTOS POLÍTICOS.....	38
<b>CAPÍTULO II - ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PARA AS MULHERES A PARTIR DO CONTEXTO MARIANENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1940.....</b>	<b>48</b>
2.1 A CONTRADIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA MULHERES .....	50
2.2 EDUCAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A RESISTÊNCIA FEMININA.....	52
<b>CAPÍTULO III - A INVISIBILIDADE DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA A PARTIR DA ANÁLISE DE FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>57</b>
3.1 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA E A HISTÓRIA DAS MULHERES.....	65
3.2 A NARRATIVA HISTÓRICA E A ATUAÇÃO DAS MULHERES ENTRE OS POVOS ORIGINÁRIOS.....	67
3.3 A QUESTÃO DA DESIGNAÇÃO SANTA, DE SANTA MARIANA.....	71
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

As reflexões propostas neste estudo pretendem compreender quais fatores influenciam o processo histórico que silencia a atuação de mulheres na sociedade capitalista, a partir da análise de discursos históricos fundamentados no pensamento patriarcal, em determinado período e contexto social, em especial, no aparecimento de comunidades localizadas no interior do Brasil que depois tornaram-se cidades no início do século XX.

Para a compreensão desse processo histórico, apresenta-se uma reflexão sobre a história oficial do município de Santa Mariana, Paraná. O contexto foi escolhido, pois, por intermédio de sua narrativa histórica oficial local, e específica de determinado tempo histórico entre as décadas de 1920 e 1940, foi possível identificar fatores que contribuem para uma análise crítica, pois se observa na escrita oficial que alguns aspectos foram silenciados, invisibilizados, como a atuação e da presença das mulheres na construção histórica e social, tendo como exemplo a ausência de informações biográficas sobre Mariana, homenageada na denominação do município. Ao fazer a análise do documento intitulado de Histórico Oficial do município de Santa Mariana foi possível observar um recorte histórico que enfatizava o início da história do município a partir da ação do desenvolvimento da atividade agrária e da ênfase em determinadas famílias e proprietários de terras. Nota-se uma tendência em evidenciar e valorizar a figura do proprietário de terras, a atuação masculina, o pioneirismo, fundamentada em uma concepção patriarcal.

Considerando as possibilidades de abordagem, lembramos que alguns tópicos não serão tratados aqui como a questão sobre as origens e diversidade cultural dos grupos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes e imigrantes que colaboraram para a formação do município, os quais poderão ser aprofundados em estudos futuros.

O interesse pelo tema partiu de uma experiência pessoal, considerando o período que residi no município de Santa Mariana durante a adolescência e o início da fase adulta. Nesta fase tive a oportunidade de estudar um curso profissionalizante, concomitante com o Ensino Médio, o Magistério. Durante o curso realizei observações participativas nas escolas, regências de classes, projetos entre outras atividades referentes aquela formação, as quais me proporcionaram um contato com as professoras do município e as práticas escolares recorrentes naquele contexto. Entre

essas práticas, uma em destaque me trouxe algumas reflexões, referente a comemoração do aniversário da cidade, a qual, em todos os anos em que tive a oportunidade de acompanhar, realizava-se tendo o texto do Histórico Oficial como base para cópias nos cadernos, recitação, produção de vídeos com as crianças, entre outras. Observei que o texto oficial não é questionado ou direcionado para uma prática educativa fundamentada em uma reflexão crítica, nem há menção ou questionamentos sobre a história de vida da mulher que empresta o nome ao município, Mariana. Neste sentido a questão da invisibilidade e do silenciamento feminino foi levantada para o aprofundamento teórico nesta pesquisa.

Ao pensar nas condições de silenciamento pelo patriarcado<sup>1</sup>, é possível refletir que as condições históricas impostas às mulheres marcam a construção de narrativas ancoradas nos saberes econômicos dominantes, mas também no modo como tais saberes organizavam o papel dos sujeitos na sociedade. Assim, na ocupação de terras, organização das comunidades as tarefas eram centralizadas na figura masculina, cabendo às mulheres atribuições vinculadas aos serviços da casa, da religião, assistência aos desamparados.<sup>2</sup>

Sobre a ocupação das terras naquela região, considera-se um histórico de disputas, invasões, expulsões e genocídios, desde o início da colonização pelos espanhóis durante o século XVI e posteriormente pelos portugueses. Os povos originários que viviam naquela região, e os que sobreviveram ainda sofrem os resultados destas disputas. Esses resultados refletem na interferência em suas línguas, crenças, costumes; na mortalidade por doenças adquiridas com o contato com os colonos; no genocídio proporcionado pelos bandeirantes; e segundo estudos de Mota (2014), nas políticas públicas do Estado, para a formação de aldeamentos, e confisco das terras desses povos para projetos de colonização destinados às

---

<sup>1</sup> Segundo Safiotti (2013, 2015), o patriarcado pode ser compreendido como forma de submissão da mulher em relação ao homem, onde há a dependência econômica, a “obediência”, o “comportamento submisso (...) ao chefe da família” e a desigualdade de direitos. (p.63). Ainda conforme a autora, o sistema patriarcal não é uma questão individual, e nem se restringe ao ambiente privado, pois perpassa pelas estruturas de poder do Estado, e pela sociedade na totalidade. “Embora o patriarcado diga respeito, em termos específicos, à ordem de gênero, expande-se por todo corpo social”. (p.130). Para a autora, o patriarcado estabelece práticas de opressão, dominação e exploração, principalmente direcionadas às mulheres, o que é pertinente para a sustentação de todo um sistema com base no capitalismo.

<sup>2</sup> Nota-se que ao menos no Brasil esse processo é institucionalizado quando, por exemplo, o papel atribuído às companheiras dos presidentes brasileiros que, com exceção de Ruth Cardoso, realizam tarefas vinculadas ao assistencialismo social.

atividades agrícolas e exploração dos recursos naturais, como madeira, entre outros. Observa-se que na história de Santa Mariana não consta nos registros históricos a presença dessa população.

Portanto, buscou-se reunir documentos<sup>3</sup>, referenciais teóricos com o propósito de responder a seguinte questão: como a narrativa histórica, construída a partir das fontes oficiais, invisibiliza e silencia as mulheres e suas contribuições? Diante dessa questão, é necessário pensar como apesar do apagamento e silenciamento, essas narrativas e discursos emergem como forma de resistência. Compreender esse processo é considerar que o papel da educação, seja nas escolas ou nas universidades, mostra-se estratégico no que diz respeito ao rompimento de paradigmas.

Neste sentido, se faz necessário verificar os conceitos de construção de narrativa histórica, apresentados nos referenciais teóricos propostos. Além disso, a análise sobre a delimitação do papel das mulheres na história, e os processos de invisibilidade e silenciamento da atuação feminina, considera os diversos contextos sociais e culturais, em determinado período histórico.

A pesquisa está embasada nas reflexões da Análise de Discurso Francesa, em especial, de Orlandi (1999), que trata sobre os procedimentos de análise do discurso; Le Goff (2013), que aponta fatores referentes a construção da história e a consolidação da memória social; Solnit (2017) e Sousa (2016), sobre o conceito de silenciamento feminino; Burke (1992), que apresenta perspectivas sobre a escrita da história; os estudos de Mota (2010), (2014) sobre a ocupação do território paranaense, Serralheiro (2019), sobre o estudo de fontes documentais; Saffioti (2013), (2015) que

---

<sup>3</sup> Os documentos consultados para obtenção de informações, dados e que serviram de base para as reflexões foram vários, entre eles estão o Histórico Oficial do município de Santa Mariana, analisado tanto de forma digital pelo site da prefeitura, como de forma impressa na biblioteca da cidade. Também foram analisados jornais da década de 1920 e 1930 disponibilizados digitalmente pelos arquivos do Estado de São Paulo, fotos antigas de moradores e da família Junqueira e Procópio de Araújo, revistas comemorativas de Santa Mariana e de Ribeirão Preto, Histórico do patrono da Escola Municipal Anita Junqueira, Galeria dos prefeitos, disponibilizada no site da Câmara Municipal de Santa Mariana, documentário dos pioneiros, disponibilizado pela Secretaria de Cultura de Santa Mariana, Plano Municipal de Cultura, mapas da localização das antigas reduções jesuíticas na região norte do Paraná, entre outros. Observa-se que durante a pesquisa foi possível o acesso digital das imagens de Francisco Junqueira (esposo de Mariana), Cornélio Procópio de Araújo Carvalho (pai de Mariana), Marianna Balbina de Meirelles, dona Balbina (avó paterna de Mariana), mas não foi possível o acesso à imagem da própria Mariana, a qual o nome homenageia o município de Santa Mariana.



trata do conceito de patriarcado e da condição das mulheres na sociedade de classes, Davis (2016), que contribui na reflexão sobre a inserção da mulher na política, feminismo e antirracismo, Federic (2017), sobre as mulheres na sociedade capitalista, hooks (2013), sobre as intersecções entre as questões dos feminismos, Certeau (1982), que coloca a história como uma produção de um discurso sobre a realidade, entre outras e outros.

Compreender como as narrativas femininas são constituídas, partindo do conceito relacionado a escrita da história das mulheres e do conceito de protagonismo feminino, favorece o entendimento sobre o modo como as narrativas sobre as mulheres podem também ser reconfiguradas para um lugar de protagonismo.

Assim, a construção do discurso, neste caso, materializado nos documentos históricos materializa fatores intrínsecos de ordem cultural, ideológica, política, que expõem interesses de consolidação de determinado sistema social, o que favoreceu a hierarquia de determinado grupo, sobre outro, de ênfase na valorização do papel do homem, o qual é retratado como o sujeito ativo nas decisões, tanto no âmbito público como no privado.

No percurso histórico a atribuição de poder aos homens, em certas circunstâncias, despertou atitudes de reação das mulheres frente a situações de incongruência aos preceitos de liberdade e de justiça. Para Tedeschi (2019, p. 514), “A questão do poder é indissociável a das resistências ao poder. Essas resistências são postas em ação internamente no próprio movimento dessas relações”. Neste sentido, diante de situações assimétricas de acesso a direitos, observar-se práticas impositivas fundamentadas no poder dos homens, mas também, práticas de reação, de resistência feminina.

Partindo-se dessas premissas, as análises apresentadas referentes ao papel das mulheres em espaços sociais e tempos históricos diversos, pretendem fomentar o debate sobre as escolhas da construção de narrativas históricas, as quais em muitos aspectos demonstram exaltação de determinados grupos sociais e exclusão ou silenciamento de outros.

Pode-se pensar que o silenciamento feminino no contexto específico dos períodos de colonização e formação das cidades relaciona-se com o pensamento patriarcal, em que o papel da mulher se restringe ao contexto privado, delimitando-se funções determinadas e restritivas de direitos.

Para o alcance dos objetivos, detectou-se a necessidade da pesquisa

bibliográfica e documental no momento em que se usou materiais como livros, artigos científicos, documentos históricos, na busca de conhecimento sobre o silenciamento da atuação feminina, como forma de compreender fatores determinantes de construção discursiva histórica, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores, os quais contribuem para o aprimoramento da discussão.

As etapas desta pesquisa compreenderam a realização de estudos de documentos oficiais, como o Histórico Oficial de Santa Mariana, disponibilizado de forma digital no site da Prefeitura Municipal e também de forma física na biblioteca da cidade. Foram realizados contatos com a Secretaria Municipal de Cultura e várias visitas à biblioteca para análise de documentos antigos como o próprio histórico, a leitura de várias revistas comemorativas da emancipação política, análises de fotos de acervo pessoal de famílias de antigos moradores, relatórios de gestões municipais, relatos disponibilizados em vídeos de antigos moradores, entre outros, os quais confirmaram as ideias de recorte histórico seletivo e valorização do chamado pioneirismo.

A pesquisa bibliográfica serviu como base para a compreensão sobre as narrativas históricas e as formas de sua construção, o silenciamento, a invisibilidade e o protagonismo feminino ao longo da história, como forma de entender as práticas sociais que enfatizam a valorização do homem nos espaços e, quais estratégias para a superação dessas desigualdades. Parte-se dos ensinamentos de Minayo (1993, p. 46), no qual é essencial indicar “as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e dos seus objetivos de estudo”. Ainda por meio da pesquisa bibliográfica foi possível acessar quais povos originários viveram naquela região antes da chegada dos chamados pioneiros.

Segundo Minayo (1993, p.12) “as sociedades vivem o presente marcado por seu passado, e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo”. O que chama a atenção é que em mais de setenta anos de emancipação política, a história oficial é transmitida as novas gerações, sem que haja questionamentos.

Observa-se que as condições para a participação das mulheres nas esferas sociais não são iguais: as distinções são marcadas pelo poder econômico, mas também pela hierarquia da sociedade. Dessa forma, uma mulher esposa de um grande proprietário de terra tinha, na organização social, um papel diferente de uma

mulher indígena, por exemplo, ou uma mulher negra<sup>4</sup>.

As representações das formas de opressão organizavam (e ainda o fazem) os lugares do feminino respeitando a hierarquia proposta pelas formas de organização dos meios de produção. Parece então legítimo pensar que em processos de colonização e formação de comunidades, essas hierarquias eram mantidas.

Para atender aos objetivos da pesquisa, o estudo foi dividido, inicialmente, em três etapas. Em um primeiro momento são apresentadas reflexões referentes a atuação feminina na história, a educação para as mulheres e a construção dos discursos históricos voltados a atuação feminina, tendo como fundamento a história do município de Santa Mariana e das mulheres marianenses. Posteriormente o estudo volta-se às questões referentes aos processos de invisibilidade e silenciamento, a partir da análise de fontes documentais, tendo como base a história de Mariana.

Por fim, busca-se uma análise comparativa entre a construção da narrativa histórica e a história das mulheres, no sentido de propor uma nova perspectiva que valorize o papel das mulheres na história e na transformação social.

---

<sup>4</sup> Sobre o feminismo interseccional, as obras de pensadoras como Lélia Gonzalez, de matriz marxista, Angela Davis, Audrey Lorde entre outras, permitem o aprofundamento dessas discussões imprescindíveis para se pensar as condições sociais das mulheres em um contexto de opressão e exploração.

## **CAPÍTULO I**

### **A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS HISTÓRICOS E A ATUAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA HISTÓRIA.**

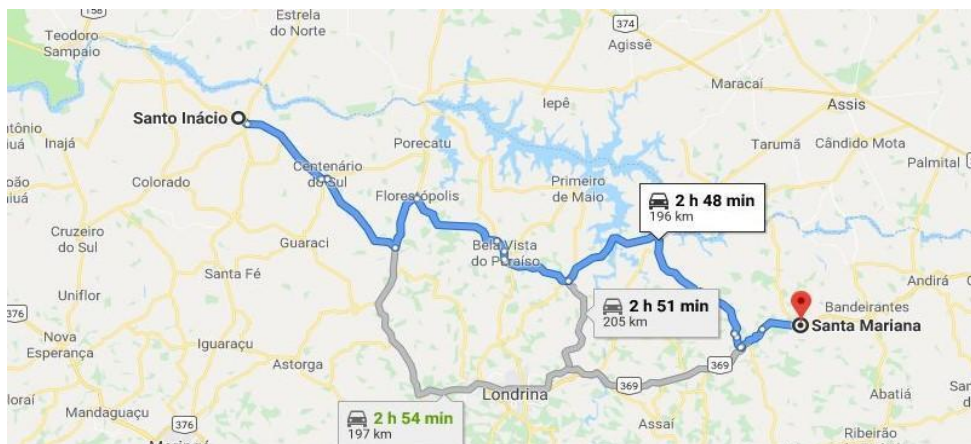
A história do município de Santa Mariana tem início delineado antes da chegada dos colonizadores europeus no continente americano, a qual por meio de estudos arqueológicos da região próxima ao território do município, indicaram a presença de povos originários, possivelmente da etnia Guarani.

Após o tratado firmado entre Espanha e Portugal, para exploração das terras, a partir do século XVI, essa região ficou a cargo dos espanhóis, que se instalaram por meio de Reduções Jesuíticas nas proximidades. Essas instalações acolhiam a população e tinham o intuito de catequizar, ou seja, direcionar a estrutura social que ali se organizava, nos preceitos da Igreja Católica.

Salienta-se, ainda, que já neste período existiam lideranças femininas entre os povos originários, as quais tinham o poder de decisão na comunidade e de mediação de conflitos. Isto causou um certo estranhamento entre os jesuítas, pois queriam definir os papéis sociais nas reduções, conforme a perspectiva da imagem da mulher submissa ao homem.

Entre os séculos XVI e XVII ocorreram as invasões dos bandeirantes, marcadas com expulsão e extermínio dos povos originários e padres espanhóis, na região norte do Paraná. Uma das referências desse episódio está nos estudos arqueológicos da Redução Jesuítica de Santo Inácio Mini, no município de Santo Inácio-PR, que pela proximidade territorial pode-se estabelecer uma relação histórica com Santa Mariana.

*Imagem 1- Mapa da região onde estão localizados os municípios de Santa Mariana e Santo Inácio - Paraná.*



*Fonte: Google Maps, 2019.*

Após longo período, a região novamente foi habitada por povos originários, predominantes da etnia Kaingang. Eles estabeleceram novas estruturas sociais. Políticas públicas voltadas a exploração do território para o fomento da agricultura, promoveram um processo de instalação de aldeias, os quais demarcaram, delimitaram os territórios dos povos que ali viviam. Esse processo de aldeamento e o contato com os colonizadores, causaram consequências, como, por exemplo, a disseminação de doenças altamente contagiosas entre os povos originários, e que resultaram na morte e desaparecimento de comunidades inteiras.

Gradualmente esses territórios foram sendo explorados, com o incentivo dos governos estadual e federal, para a formação de lavouras e exploração da madeira, extraída das matas ali existentes.

Segundo dados do IBGE<sup>5</sup>, a população do município de Santa Mariana em 2010 era de 12.435 pessoas, sendo 6.171 homens e 6.264 mulheres. Analisando as áreas rurais e urbanas, as mulheres são maioria na área urbana. Também são maioria no número de eleitores, segundo dados do TSE<sup>6</sup>, porém historicamente, as ocupações para os cargos dos poderes executivo e legislativo do município, se fez majoritariamente pela presença masculina. Mesmo sendo maioria em vários aspectos, as mulheres marianenses não têm um grupo, coletivo ou organização política voltados especificamente para as suas demandas.

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

<sup>6</sup> Tribunal Superior Eleitoral (2013).

## 1.1 FORMAÇÃO DO DISCURSO HISTÓRICO REFERENTE À ATUAÇÃO DAS MULHERES.

Dada a complexidade de compreensão sobre como os discursos são constituídos ao longo da história e quais são os fatores que determinam o que deve ser evidenciado e o que deve ser silenciado, faz-se necessário realizar um estudo sobre o contexto em que foram escritos e as mudanças de paradigmas no contexto atual. A concepção de discurso é ampla, neste sentido a pesquisa delimita-se a refletir a partir das dimensões de memória, na produção do silenciamento e na formação do contexto social marianense. Assim, conforme as contribuições de Candau (2012, p.19) “[...] a memória é geradora de identidade, no sentido que participa de sua construção, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a "incorporar" certos aspectos particulares do passado. ” Neste sentido, torna-se necessário entender como a narrativa histórica pode influenciar os modos de percepções ou representações identitárias.

Conforme afirma Certeau (1982, p. 9), “a escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica”. Ainda segundo o autor, o discurso produzido a partir da perspectiva da colonização do território latino-americano pelos europeus, resulta em uma “escrita conquistadora” a qual “transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um querer escrever e um corpo escrito (ou a escrever) fabrica a história. ” (CERTEAU, 1982, p. 9). Neste sentido, é importante considerar os aspectos e as intencionalidades que estabelecem a construção da história oficial em determinado contexto social.

O processo de construção da história oficial referente à colonização do território latino-americano, mais especificamente o brasileiro, demonstra uma visão eurocêntrica, desconsiderando a cultura e a história dos povos originários e de outros povos, e a atuação das mulheres na construção dessa história.

De acordo com o Histórico Oficial, a história do município de Santa Mariana tem início com a formação de um pequeno vilarejo, nas terras pertencentes a Junqueira, um grande fazendeiro e mencionado como primeiro proprietário do território.

A narrativa histórica constituída a partir de fontes primárias como o documento público sobre a formação do município de Santa Mariana, as fotografias, e de fontes secundárias como os estudos bibliográficos do professor Átila Brasil e do professor

Motta, permitem pensar sobre alguns conceitos que eram vigentes no contexto das décadas de 1920 a 1940 como a valorização da figura do proprietário de grandes extensões de terras, o desenvolvimento urbano decorrente da economia e da produção agrícola, a ocupação das terras por pessoas provenientes de outros lugares, em busca de condições de trabalho e sobrevivência. Além disso, observa-se a consideração do relato de antigos moradores. Segundo Furet (1982), esses fatores são observados pois:

A narrativa histórica obedece portanto, a um recorte do tempo que se inscreve no dado bruto da vivência: no fundo, fixa as recordações dos indivíduos e das coletividades. Conserva vivo aquilo que escolheram do seu passado ou simplesmente do passado, sem desfazer nem reconstruir os objetos desse passado. (FURET, 1982, p. 82).

Percebe-se, porém, que fatos ocorridos anteriormente a compra das terras por Junqueira não foram mencionados, ou seja, há um processo seletivo, onde as memórias definem o que deve ser evidenciado, e o que não deve, tendo como critério as escolhas e as experiências de quem tem o poder e o lugar de fala.

Pode-se dizer que a formação do discurso histórico contempla a manifestação do pensamento individual e coletivo e da memória social, por meio da linguagem, tendo como base acontecimentos históricos em determinado contexto e período. Neste sentido, para Magalhães e Kogawa (2019), observa-se que o discurso corresponde a determinadas percepções que envolvem a memória, porém não abrange o fenômeno ou o acontecimento histórico em toda a sua amplitude.

Contudo, constata-se que por ser um processo que envolve a subjetividade e a comunicação entre sujeitos, a memória constitutiva do discurso histórico, pode sofrer influências de interesses, de maneira explícita ou não. Neste caso, seria importante um olhar que amplie o foco das análises para fatos históricos em diversas perspectivas.

Como assegura Orlandi (1999), pode-se dizer que o termo discurso remete a algo dinâmico, é a linguagem nas experiências vivenciadas. Neste contexto, fica evidente que por ser dinâmico, o discurso histórico pode configurar-se em mudanças contínuas, conforme as possibilidades e visão de mundo em sua formação.

Assim, a análise do discurso contribui para a compreensão sobre como ocorre a formação do discurso, isso porque expande os estudos para além da estrutura da

língua, pois considera os sentidos diversos e os significados práticos nesta construção.

É importante ressaltar que apesar da construção do discurso histórico, constituir apenas uma parcela do fenômeno, conforme explicado acima, essa construção ainda se faz importante para o entendimento do processo histórico. Não há neste caso, um descrédito do que foi expresso, mas um olhar crítico sobre a amplitude de possibilidades. Cabe destacar que pelo fato de ser permeado por significados e sentidos, o discurso, além de uma expressão de fato histórico, também é uma expressão de valores e práticas em determinada sociedade.

Conforme Le Goff (2013) afirma, a história não pode ser entendida como algo estático, limitada na sua constituição, assim como os documentos históricos carregam diretrizes que objetivam fortalecer ideais políticos, sociais, econômicos, de determinados grupos, ou seja, expressam um posicionamento diante dos fatos, por meio do discurso histórico.

É importante, porém, considerar quais fatores, sentidos e significados estão entrelaçados na constituição dessas sociedades. Os resultados dessas observações auxiliam compreender as referências que embasam a formação do discurso.

Além disso, o autor afirma que, por mais que o historiador procure a objetividade e a imparcialidade, o próprio, como sujeito integrante de uma sociedade, possui inclinações que podem influenciar na composição de resultados de suas investigações.

Ressalta-se então que o processo histórico, assim como a formação do discurso se estabelecem de forma dinâmica, ou seja, está em constante transformação, em conformidade com as percepções de mundo de determinada sociedade.

Fica evidente a questão sobre a memória, que tanto pode sofrer influências do contexto, como também pode exercer influência sobre os sujeitos. Pode-se afirmar que “a memória (...) é tratada como interdiscurso. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 1999, p. 31).

Neste sentido, compreender o processo de formação do discurso histórico, perpassa uma análise sobre os conceitos de memória, percepção - sentidos e significados, relações de poder, entre outros.

Os estudos voltados à formação do discurso histórico são importantes, pois



demonstram que existem várias possibilidades interpretativas, e que os resultados dessas interpretações serão determinados por diversos fatores, incluindo o método utilizado nessa construção e as questões subjetivas dos sujeitos ativos desse processo.

Dentre os objetivos dessa pesquisa, está a utilização de ferramentas teóricas que compõe a análise do discurso, para compreender, por exemplo, como um documento histórico foi possivelmente constituído, quais fatores interferiram na composição escrita desse documento e como esses aspectos permanecem na história da comunidade de Santa Mariana, tendo resultados ainda presentes atualmente. De acordo com Orlandi:

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. (ORLANDI, 1999, p. 52).

A autora enfatiza a questão da incompletude, no sentido de voltar a reflexão sobre a constante busca pelo saber inacabado, do conhecimento sempre renovado, do questionamento das questões pré-definidas, do determinismo histórico, reduzido a uma única verdade, em único ponto de vista.

Destaca-se que é nas relações sociais que os caminhos para a formação de sujeitos podem ser direcionados para uma visão de mundo limitada, determinada, estabelecida, ou, voltada ao pensamento crítico, questionador, ativo, que busca a melhoria das condições individuais e coletivas por meio da troca de conhecimentos.

A consciência da situação de incompletude reforça uma busca constante, e neste sentido o movimento está presente e o resultado é, entre outros, a ampliação dos horizontes do pensamento humano.

Tendo os horizontes do pensamento e das possibilidades expandidos, procura-se entender quais fatores estão relacionados com a definição, delimitação e em alguns momentos, a imposição de valores culturais, sociais e históricos.

Sendo assim, a formação do discurso histórico pode ser questionada pela forma como foi estruturada, colocando em ênfase aspectos que estipulam determinada ordem de poder e hierarquia social, e silenciam aspectos que não contemplam essa estrutura.

### 1.1.1 O funcionamento do discurso histórico e seus efeitos na atualidade.

A formação do discurso histórico na atualidade exige a consideração de determinados aspectos para a sua compreensão. Um dos aspectos corresponde a noção de atualidade, uma delimitação de tempo e espaço, o qual já direciona para um conjunto de valores, ações e formas de pensamentos no presente, que podem ser resultantes ou contestadores do passado.

O presente neste sentido, é uma dimensão do tempo que está em constante mudança, em um movimento dinâmico, o que reflete em transformações contínuas do conhecimento. Segundo Hansen (2015), a própria forma como o conhecimento histórico é constituído e compartilhado na contemporaneidade, demonstra uma ampla possibilidade de acesso a arquivos, documentos, fontes históricas, por meio da internet.

Observa-se, no entanto, que em meio a quantitativos imensuráveis de informações, e facilidades de acesso, se faz necessário ter atenção quanto a origem e aos métodos utilizados, ou seja, as formas de seleção dessas fontes devem considerar uma análise crítica do pesquisador.

O dinamismo dos processos não é parte exclusiva de valores da sociedade atual, porém a proporção como essa prática é tratada, mostra consequências específicas. Como Hansen (2015) destaca, as exigências sociais indicam uma atualização constante dos pesquisadores, para que sempre estejam cientes das mudanças.

Partindo do princípio que o processo de formação do discurso histórico na atualidade, requer uma análise comparativa com a sua formação no passado, nota-se alguns aspectos que se mantiveram, e outros que se modificaram. Entre os que prevalecem está a necessidade de interação entre os sujeitos.

Apesar dessa interação se concretizar de maneira diversa nos tempos históricos, pois atualmente a interação independe de distância, pode ser realizada de modo virtual, e utilizando ferramentas de compartilhamento e produção imediata e ilimitada, no passado, as limitações quanto às distâncias geográficas eram mais acentuadas, mas as interações tinham um viés de proximidade.

Os discursos históricos constituídos no passado tendem a dar enfoque em feitos históricos, com personagens heroicos, com valorização do colonizador ou do pioneirismo. Atualmente, os discursos possuem uma tendência de construção

imediatista, com a dissolução da ideia de líder-salvador, mas com interesses intrínsecos na construção de sua estrutura, interesses esses que se colocam como valores globais, mas que em alguns casos, ocultam interesses de grupos específicos. Segundo Burke (1992, p. 13), “os historiadores intelectuais também têm deslocado sua atenção dos grandes livros ou das grandes ideias - seu equivalente aos *grandes homens*<sup>7</sup>- para a história das mentalidades coletivas ou para a história dos discursos”.

Portanto, a análise da formação do discurso histórico, perpassa uma interpretação que considera não apenas as limitações decorrentes de cada período, como igualmente, as constantes transformações nos diferentes contextos e mentalidades. De acordo com White:

Uma das marcas do bom historiador profissional é a firmeza com que ele lembra a seus leitores a natureza puramente provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto (WHITE, 2001, p. 98).

Sendo assim, a ideia de registro histórico incompleto, deve estar relacionada às constantes mudanças no âmbito social, e não especificamente na validade da fonte, pois, por estar incompleta, coloca um direcionamento de busca, de permitir novas e diferentes formas de complementação. Remete ao pesquisador uma postura de indagação sobre os fatores que consolidaram essa formação incompleta, mas essa investigação somente é possível por intermédio de outros sujeitos, que possivelmente, em um processo dialógico, irão contribuir com indagações, conhecimentos e experiências, estabelecendo assim, um movimento contínuo de busca pelo saber.

Em relação ao registro da história, nota-se que há um espaço para o trabalho dos sentidos que faz funcionar – quando se direciona o olhar para o tecido incompleto das narrativas – que desmobiliza a totalidade contínua. Tudo aquilo que parecia absolutamente correto e ordenado, passa a ser um lugar a ser questionado. Nesse sentido, Orlandi (2008, p. 19) enfatiza que ao tratar do discurso da descoberta: “A história se faz assim com um imaginário que, nesse caso, os dos relatos, os inscreve nos discursos das descobertas que, por sua, é o discurso que dá a conhecer o Novo

---

<sup>7</sup> Grifo nosso. O foco dos estudos dos historiadores não se limita mais aos feitos de determinado sujeito, destacado nas narrativas, mas remetem a possibilidades de novas perspectivas de compreensão da construção histórica.

Mundo”.

Mesmo que a referência a autora seja o enunciado “Terra à Vista” e seus desdobramentos, é possível observar que o dar a conhecer no/do território brasileiro por muito tempo estaria atrelado a um gesto de descobrimento como se antes nada ali houvesse. É nesse sentido que, ao questionar os sentidos impostos pela história, também se questiona o modo como as narrativas são estabilizadas e tornam-se, de algum modo (pela repetição, por exemplo) uma fonte inquestionável do dizer.

Veyne (1998) é que fará com que a questionabilidade da história seja tomada como um campo de observação. Apoiado na leitura foucaultiana sobre o método arqueológico, Veyne vai nos dizer o limite da história. Não o limite de até onde pode-se ir para construir uma narrativa histórica, mas como, há na história um conjunto lacunar de dizeres que se prestam a significar, a questionamentos, a impor à tentativa totalitária de uma história única, o desconforto constante de não poder sê-la. Para o autor:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. Especular sobre a defasagem que sempre separa a experiência vivida da reflexão sobre a narrativa levaria, simplesmente, à constatação de que Waterloo não foi a mesma coisa para um soldado e um marechal, que é possível narrar essa batalha na primeira ou na terceira pessoa, referir-se a ela como uma batalha, como uma vitória inglesa ou uma derrota francesa, que se pode deixar entrever, desde o início, o seu epílogo ou simular descobri-lo; essas especulações podem dar ocasião a experiências estéticas divertidas; para o historiador, são a descoberta de um limite. Esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, por tekmeria<sup>8</sup>, por indícios. (VEYNE, 1998, p.8)

Ao questionar os dizeres lacunares observam-se as possíveis narrativas que trazem outros dizeres e sentidos sobre a questão agrária – destoante do tom cordial encontrando de forma comum na historiografia de constituição do território paranaense, como pioneirismo, ocupação por movimentos de imigrantes, etc.

---

<sup>8</sup> Para Zanin (2018), o trabalho do historiador está fundamentado em provas técnicas (entimema) e provas necessárias (tekmeria).

Depara-se com um lugar a ser preenchido com enunciados de povos e mulheres que até então apareciam apenas de modo cenográfico.

### **1.1.2 O patriarcado e o pioneirismo do colonizador como processos de dominação e exploração.**

Nota-se que no Histórico Oficial referente a formação do município de Santa Mariana, região norte do Paraná, também conhecida por “norte pioneiro”, não há registros sobre a presença de povos que habitaram aquela região antes da chegada dos chamados pioneiros/colonizadores. Esse silenciamento e a evidente valorização do pioneirismo são resultados de uma construção histórica, cultural e política, iniciada ainda na ocupação do território brasileiro por europeus.

Ao se pensar sobre os elementos de formação identitária do território brasileiro e a configuração do poder capitalista em determinado período histórico, é possível observar que o pioneirismo expressa uma das faces do patriarcado, mas para a compreensão sobre esse processo, se faz necessário um aprofundamento dos estudos referentes aos fatores e elementos que os interligam.

Retomando a etimologia, a palavra pioneiro vem do francês pionnier, que significa no “antigo francês paonier, infante, soldado que se desloca a pé, [...] do latim pes, pé. Inicialmente designava o soldado que avançava antes dos outros para obter dados sobre o caminho”. (ORIGEM DA PALAVRA<sup>9</sup>, 2020). Pioneiro também tem um sentido de identificar “aquele que primeiro abre ou descobre regiões desconhecidas, e nelas tenta estabelecer uma colonização; explorador, desbravador. Alguém que se antecipa na adoção ou defesa de novas ideias ou doutrinas; antecessor.” (DICIO<sup>10</sup>, 2020). No século XX, com a formação dos centros urbanos, mais precisamente no período de formação da cidade de Santa Mariana, o significado de pioneiro não estaria atrelado ao contexto militarizado, mas a um grupo de pessoas, que na história oficial, teria chegado primeiro e colonizado as terras da localidade.

Interessante pensar que na construção do relato histórico hegemônico, o pioneirismo é responsável pelo desenvolvimento urbano e agrário da localidade, o

---

<sup>9</sup> Etimologia da palavra pioneiro. Disponível em <https://origemdapalavra.com.br>. Acesso em 13/10/2020.

<sup>10</sup> Significado da palavra pioneiro. Disponível em <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 13/10/2020.

qual o discurso predominante é o não reconhecimento da história e dos sujeitos que ali viviam anteriormente. De acordo com Marcelino (2018), há nesse sentido uma incongruência entre o significado da palavra e a trajetória histórica, ao considerar que outros sujeitos habitaram a região anteriormente a chegada dos chamados pioneiros.

Essa forma de silenciamento e exclusão etnológica, recorte e definição do início da história da cidade a partir da experiência de um grupo definido, denominados como pioneiros, expõe uma variante patriarcal, tendo em vista que considera os demais grupos como não pertencentes ou não relevantes ao processo de formação da comunidade como, por exemplo, as representações das mulheres. Esse pensamento de desconsideração histórica dos demais grupos remete a uma ideia de que esses grupos excluídos foram “beneficiados” pelo desenvolvimento social e econômico proporcionado pelo grupo definido como pioneiro, ou seja, conforme a perspectiva colonial e capitalista, houve um processo de dependência dos demais grupos, considerando as habilidades e produtividade dos pioneiros. São traços do patriarcado observados na formação da identidade do pioneiro/colonizador.

De acordo com Bao (2018), a predominância da colonialidade do poder político, econômico e do saber, insere elementos que visam fomentar um discurso centralizador em determinado grupo, neste caso, os efeitos são determinantes para a construção e assimilação de uma identidade específica. Segundo o autor, “alguns elementos são fundamentais nessa diferenciação identitária, especialmente uma ética do trabalho (capitalismo), familiar (patriarcalismo) e religiosa (cristianismo).” (BAO, 2018. p. 67). Pode-se notar que esses elementos de formação identitária atravessam as configurações de patriarcado e pioneirismo, visto que em ambos o capitalismo é dinamizado nas relações assimétricas entre classes, gêneros e raças, instaurando a hierarquização nas relações sociais. Além disso, observa-se a questão da ética familiar, onde predomina uma estrutura nuclear padronizada, e que o poder de decisão e o destaque nas narrativas históricas fica direcionado ao homem, sendo na função de pai, esposo, patrão, proprietário. É possível observar esse destaque, quando na análise dos documentos históricos de Santa Mariana, disponibilizados na página digital oficial da prefeitura, há uma seção voltada aos pioneiros<sup>11</sup>, a qual não é possível visualizar nomes de mulheres.

---

<sup>11</sup> Seção com nomes de pioneiros da cidade de Santa Mariana. Disponível em <http://santamariana.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1519>. Acesso em: 25/10/2020.

Considerando buscar entender esses fatores, pode-se fazer uma referência sobre a questão da teoria e da prática de acordo com o pensamento de Marx (1845), quando afirma que as teorias científicas se comprovam na prática, pois segundo essa compreensão, não existe verdade puramente teórica. Neste sentido, ressalta-se a importância de se investigar as causas dos acontecimentos e estabelecer uma base relacional para entender a sociedade. Para o autor, a crítica da prática social é parte integrante da atividade revolucionária, na qual implica mudanças profundas no modo de pensar e agir.

Sobre a relação entre pioneirismo, com base no pensamento colonial e patriarcado, coloca-se a necessidade de aprofundar a compreensão sobre os resultados desses conceitos teóricos na prática social. Assim como Marx enfatiza, considera-se importante fazer uma análise crítica da prática social e histórica, para reconhecer os obstáculos que impedem as mudanças necessárias.

O patriarcado e o pioneirismo configuram processos de incorporação da dominação e exploração. De acordo com Bourdieu (2012, p. 23), "o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas". A dominação masculina é uma construção da sociedade para justificar uma lógica androcêntrica, onde as relações sociais perpassam por uma definição diferencial entre gêneros, classes e raças.

Os conceitos de patriarcado e pioneirismo demonstram aspectos geopolíticos quando se trata de delimitação territorial e propriedade, mas também enfatiza aspectos culturais que ora são modificados, inseridos, afirmados ou censurados, de acordo com os interesses políticos e econômicos. Na obra de Marcelino (2018), é possível visualizar uma crítica que objetiva romper com a valorização do pioneirismo colonial no sul do Brasil, expondo fatores que configuram esse discurso enraizado de dinâmicas sociais dualistas:

O discurso do pioneirismo é hegemônico porque provém de setores da população nacional que dominam esses meios, pretendem ser os fundadores da civilização na região, o que lhes permite o predomínio cultural e político nesses locais. No entanto, o imaginário do pioneirismo é uma ação de violência epistêmica contra os povos originários e as histórias locais, que ficam historicamente situados à sombra do monólito do "pioneiro colonizador", suas memórias apagadas ou silenciadas, os "pioneiros esquecidos". (MARCELINO, 2018. p. 68).

Nota-se que a violência epistêmica citada pelo autor se direciona aos povos

originários e também a outros povos que por razões diversas, não formam o grupo de enfoque na história oficial. Se faz necessário projetar de forma analítica os processos discursivos complexos que envolvem a construção de identidades com base em uma perspectiva colonial, tendo como possíveis reflexos a dinâmica social com práticas patriarcais, mas que como processos distintos podem estar interligados em seus interesses de construções hegemônicas, evidenciando contradições, desigualdades, silenciamentos e invisibilidades. Para Burke (1992) é necessário pensar em:

[...] uma narrativa densa o bastante, para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas - instituições, modos de pensar, etc. - e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos. (BURKE, 1992. p.339).

Nesse sentido, uma narrativa está diretamente vinculada as formas de construção dos processos identitários, considerando as mudanças sociais e culturais em determinado período histórico. A construção da identidade cultural de cada contexto, neste caso tendo como base o município de Santa Mariana, não é algo espontâneo ou isolado, mas uma construção coletiva, política, em que os sujeitos estão inseridos e promovem as transformações. Portanto, para Vygotsky (1995), a concepção de identidade, a representação do mundo por meio da linguagem, a atividade humana permeada pelos processos simbólicos, estão relacionadas às bases do materialismo histórico, no que diz respeito a compreensão dos processos de formação e desenvolvimento social. Segundo o autor:

O pensamento verbal não é uma forma inata, natural da conduta, mas está determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades específicas e leis que não podem ser encontradas nas formas naturais do pensamento e da palavra. Uma vez confirmado o caráter histórico do pensamento verbal, devemos considerá-lo sujeito a todas as premissas do materialismo histórico, válidas mesmo para qualquer fenômeno histórico na sociedade humana. (VYGOTSKY, 1995, p. 45, tradução minha).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Citação original: El pensamiento verbal no es una forma innata, natural de la conducta, pero está determinado por un proceso histórico-cultural y tiene propiedades específicas y leyes que no pueden ser halladas en las formas naturales del pensamiento y la palabra. Una vez confirmado el carácter histórico del pensamiento verbal, debemos considerarlo sujeto a todas las premisas del materialismo histórico, válidas aun para cualquier fenómeno histórico en la sociedad humana. (VYGOTSKY, 1995.p.45).



Deste modo, não se trata de um conceito determinista das ações dos sujeitos em sociedade, mas que a partir de um processo interacionista, as trocas de experiências, de conhecimentos, de culturas, possam favorecer o questionamento, a busca por novos conhecimentos, levando o sujeito social a novos patamares de desenvolvimento, em uma demanda de movimento contínuo. Como Marx (1977, p.s.) afirma, “Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência”. Portanto, o contexto histórico e social influencia a formação cultural e identitária dos sujeitos e estes, interagindo com o meio e entre si, podem promover a transformação na sociedade.

## 1.2 ATUAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA

A história dos grandes acontecimentos não é marcada pela presença feminina. As grandes atividades, os processos de conquista, colonização, tudo o que circulava em torno do poder, eram processos masculinos. Ao se pensar em uma proposta de análise a partir do conceito de “história vista de baixo” conforme as definições de Burke (1992), apresenta-se uma história que é fundamentada na perspectiva das classes populares, das mulheres, e dos grupos sociais que foram invisibilizados pelo poder hegemônico dominante. Para o autor:

A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da “história”, investiga o modo como o significado daquele termo geral foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada à “história do homem” [...] expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. (BURKE, 1992. p. 78).

A mulher era um acessório: compunha fotos segurando filhos, organizava o interior da casa, mantinha as relações com a comunidade de forma quase invisível. Organizava rotinas em torno de escolas e religião.

Segundo Del Priore (2004), a atuação das mulheres historicamente foi marcada por práticas que delimitavam suas ações a partir de imposições com base no pensamento patriarcal, nos termos propostos inicialmente por Engels (2019), ao propor um estudo sobre a constituição familiar a partir dos estudos de Morgan – um dos primeiros pensadores a tratar a questão da família<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Sobre as formas de composição de família, observa-se que não é possível generalizar estas

A formação familiar e o estabelecimento do patriarcado, para Engels (2019), se mostra uma discussão importante, pois este processo se efetivou justamente durante a passagem do direito de filiação das mães para os pais. Se antes as mulheres eram as detentoras do direito de pertencimento genealógico, com o fim do período nômade, o estabelecimento das famílias em um lugar apenas, a produção e construção de bens, consumo regular, etc., ou seja, há um princípio de acumulação, e ao organizar a acumulação, há uma preocupação com a transferência dos bens acumulados. Como, em um primeiro momento, as relações não eram monogâmicas, a filiação passou a ser um fator determinante e ela passou a ser centrada no direito do pai.

É na passagem do direito da mãe, para o direito do pai e ainda, conforme Engels (2019), essa é a base do patriarcado e se desdobrará no direito burguês como regramento das relações civis do casamento. É esse funcionamento que, de acordo com Engels, tirará da mulher a centralidade das ações no corpo social e a passará para o campo do privado, silenciando não apenas a imagem da mulher como participante das decisões políticas, como também das práticas discursivas, ou seja, deixaram de ter participação direta nas decisões coletivas, sendo interdidadas em diversas esferas do corpo social.

O conceito de patriarcado perpassa o sistema social capitalista, onde as mulheres convivem com as mais diversas formas de opressão, segundo Saffioti (2015). Conforme a autora:

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. (SAFFIOTI, 2015. p.145).

Para Saffioti (2015), o patriarcado tem sua origem e prática muito antes do surgimento do sistema capitalista, mas é exatamente esse sistema classista que se

---

estruturas, pois se verificam outras composições a partir do pertencimento étnico-racial, populações indígenas, populações negras, entre outras.

sustenta de um pensamento onde a opressão e hierarquização entre classes, e mais especificamente entre gêneros, que estimula a competitividade como valor social, inclusive com a utilização da violência, seja ela física ou simbólica, além de definir os papéis sociais, entre homens e mulheres, entre o público e o privado. Cabe salientar que este processo tem reflexo na formação histórica e social do contexto brasileiro.

Como bem nos assegura Porto (2002), os estudos voltados a atuação social feminina passam a ter maior intensidade a partir do século XX, porém apesar de colocarem em evidência as mulheres como sujeitos históricos, se faz necessário o cuidado para que as práticas femininas não sejam definidas com nuances estereotipadas, ou do senso comum. Analisando o contexto europeu do século XVII, Saffioti (2013) afirma que mesmo exercendo funções extra lar, e com uma certa autonomia econômica, as mulheres ainda eram consideradas incapazes e dependentes dos homens. Segundo o ideário daquela estrutura de sociedade, de acordo com Saffioti (2013, p.63), “A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. ” Observa-se que este pensamento teve reflexos na formação social brasileira.

*Fotografia 1- Casamento religioso em Santa Mariana - Paraná. 1948.*



*Fonte: Arquivo pessoal.*

A imagem acima corresponde a um casamento da década de 1940, a noiva era muito jovem, trabalhadora no cultivo do café, não teve acesso à educação escolar e conciliava o trabalho no campo com as atividades domésticas. Teve vários filhos, dos quais alguns faleceram ainda bebês, por falta de acesso às vacinas, ou assistência médica. Ficou viúva aos vinte e oito anos, tendo que assumir sozinha, a responsabilidade pelo sustento da família e pela educação dos filhos. Conviveu com os julgamentos de uma sociedade machista e patriarcal, onde as mulheres não poderiam ser independentes dos homens, mesmo em situações adversas. Esse é um exemplo do contexto vivenciado por muitas mulheres, não só em Santa Mariana, mas em diversas partes do mundo.

Segundo relatos de moradoras de Santa Mariana, era colocado como tradição o estabelecimento de idade ideal para as mulheres se casarem, geralmente durante a adolescência. O mesmo não ocorria para os homens. Neste período, a ideia de adolescência não existia, passava-se da infância, para a maturidade. Era obrigatório a atribuição do sobrenome do marido para a mulher. O namoro era bastante limitado no contato físico, e quando uma mulher tentava questionar ou desobedecer às regras impostas, era excluída do convívio familiar e social. Muitos casamentos eram feitos

por meio de acordos entre o pai e a família do futuro esposo.

Pode-se afirmar, de acordo com Luna (2006), que a formação do ideário do papel da mulher historicamente, sofre influências de várias instituições da sociedade, inicialmente com a educação no contexto familiar, posteriormente com a religião, a escola, a cultura, a literatura, a mídia, entre outros. Segundo a autora:

[...] em suma, constrói-se uma expectativa a respeito do ser mulher e de suas atribuições lícitas e desejáveis: ser mãe, esposa, formadora dos varões da pátria, educadora das crianças, anjo-da-guarda, musa dos poetas, numa imensa lista de representações e expectativas que urdem uma rede da qual se faz difícil escapar. (LUNA, 2006. p. 47).

Como pode-se verificar neste sentido que a atuação social da mulher na história remete a aspectos culturais, econômicos, políticos e históricos. Evidentemente a análise desses aspectos podem contribuir para compreender quais são os fatores que influenciam na delimitação da construção dos sujeitos e suas atuações em sociedade.

As lutas pela equidade de direitos e pela valorização do papel feminino foram permeadas de conflitos e de resistências. Nos discursos históricos é possível observar o silenciamento da atuação feminina quando, por exemplo, as mulheres não são mencionadas como protagonistas de fatos históricos importantes, assim como ocorreu com Mariana Junqueira, na história do município de Santa Mariana.

Logo, é importante compreender que a busca por uma transformação no contexto social, onde os direitos entre mulheres e homens são simétricos, tem início com a compreensão dos aspectos que definem e orientam a realidade social.

A compreensão, entretanto, do lugar da mulher nos contextos das décadas de 1920 a 1940, não está dissociada do debate de constituição do território brasileiro, da divisão da terra, da questão agrária. Federici (2017) em *o Calibã e a bruxa* faz uma retomada importante do papel das mulheres na gênese do capitalismo. Mesmo que o debate da autora assuma um caráter de compreensão histórica sobre alguns processos da passagem do feudalismo para o capitalismo e como as mulheres “sofreram” em tal percurso, o debate nos importa por duas razões: a) a catequização jesuítica que instituiu um rearranjo na organização dos povos originários, reposicionando também as mulheres e a própria vinda das mulheres europeias já acomodadas em seus lugares, trazendo com elas um conjunto de outras mulheres subalternas que passariam a integrar um funcionamento social baseado em hierarquias. De forma bastante generalizante, para Federici (2017) nesse período

colonial, de acumulação, nominado pelo marxismo de plantation, as mulheres tornaram-se o centro da produção de mão-de-obra. Mesmo considerando as diferenças entre as mulheres das mais altas camadas sociais e as escravizadas, proletárias já que as últimas sofriam de forma incontornável o processo de violência e expropriação do próprio corpo, sendo punidas por isso, inclusive, a autora pontua o seguinte:

(...) em ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com os ritmos que estavam fora do controle das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 178).

Esse processo reprodutivo retoma, em alguns aspectos, o vínculo da família com a propriedade privada já que o vínculo e a transmissão da propriedade ficam garantidos com os herdeiros, conforme também pontua Federici, mas também a produção de força de trabalho que será custeada em sua quase totalidade pelas mulheres.<sup>14</sup>

Assim, ao pensarmos em um processo de ocupação territorial pelo viés do funcionamento das práticas e saberes femininos, olhamos, de certa forma, para todo um funcionamento de uma Formação Social, ou seja, como as forças econômicas organizavam, determinavam e concebiam o modo como as mulheres eram posicionadas em tal formação.

Para tanto, um conjunto de valores, de arranjos, de delimitação de participação era definido para que a mulher soubesse realizar a função a ela destinada: produzir herdeiros, produzir mão-de-obra, não ter acesso à educação, reproduzir o sistema de hierarquia da divisão de classe, etc.

Ao enfatizar tais reflexões, possibilita-se pensar como a construção de um conjunto de valores em torno do papel das mulheres é sempre reforçado no intuito de mantê-la longe das instâncias decisivas.

---

<sup>14</sup> É importante pontuar que o não reconhecimento pela teoria marxista do papel das mulheres na produção de mão de obra e, conseqüentemente, de mais-valia, é ponto central de questionamento de Federici (2017) no capítulo *Diminuição da população, crise econômica e disciplinamento das mulheres*.

### 1.3 ATUAÇÃO DAS MULHERES E ASPECTOS POLÍTICOS<sup>15</sup>

A participação das mulheres nos espaços de poder e de decisões políticas institucionalizadas remetem a questões tensionadas ao longo da história, considerando que esses espaços foram compostos predominantemente pela presença masculina.

Ao refletir sobre algumas formas de apagamento, o nome da cidade que aparece no corpo do trabalho apresenta-se como uma boa materialidade. Mesmo que se busque a origem de Mariana, seus afazeres, a interação com a comunidade local, a dinâmica com outras mulheres de sua classe e de classes subalternas a dela, ainda assim, observa-se na historiografia uma mulher designada pela condição de esposa de alguém, cujo sobrenome apaga a própria história e identidade. O não-nome, de certa maneira, inscreve a mulher em um campo em que o dito não é feito por ela, as palavras – aquelas que verdadeiramente importavam, na compreensão do corpo social de uma cidade em formação – não eram ditas por mulheres, mas por seus maridos.

Tal fato traz para a discussão, o debate de Rancière (1996), sobre a política. O foco desse debate volta-se para quem emite a palavra e como é feita a contagem de tal palavra. Rancière faz o debate em torno do povo, dos escravizados, daqueles que não têm voz. Pode-se estender esse silenciamento em escalas distintas até o fato de que mesmo quando a voz do homem explorado passa a ser constitutiva da ordem pública do dizer – ainda que para ser negada – a voz da mulher continua silenciada. De acordo com o autor:

[...] Isso porque, antes das dívidas que colocam as pessoas de nada na dependência dos oligarcas, há a distribuição simbólica dos corpos, que as divide em duas categorias: aquele a quem se vê e a quem não se vê, os de quem há um *logos* – uma palavra imemorial, uma contagem a manter -, e aqueles acerca dos quais não há logos, os que falam realmente e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada. Há política porque o logos nunca é apenas a palavra, porque ele é sempre indissolavelmente a *contagem* que é feita dessa palavra: contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta. (RANCIÈRE, 1996, p.36).

---

<sup>15</sup> Para Oliveira (2008, p. 21) "o conceito de política, entendido como atividade humana, está estreitamente ligado ao conceito de poder [...]. Pode-se dizer que o conceito de poder envolve três grandes classes ou tipos, a saber: o poder econômico, o poder político e o poder ideológico."

Rancière, de alguma forma, mostra o funcionamento do silêncio dos sem palavra na política. As palavras dos sem-nome não podem ser contabilizadas como palavras, pois não são capazes de fazer nenhuma categoria de mudança na ordem estrutural do funcionamento social. Assim, as mulheres, por incontável tempo passado que ainda segue agora na contemporaneidade, são mantidas parcialmente sem palavras, precisando fazer um movimento de imposição do dizer. A vontade de ter a palavra contada é, para o autor, a própria existência da palavra. Assim:

Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aqueles que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis, e o mundo onde não há nada. (Rancière, 1996, p.40).

Ainda que longas, as citações de Rancière trazidas para a discussão, de certa forma, alojam a constituição do escalonamento de quem será ouvido, de quais palavras serão contadas. A luta de classes e, no seio dela, a luta pelo papel igualitário entre homens e mulheres, parece querer gritar aos ouvidos moucos dos donos do poder. Assim, cada vez mais são empurrados para o silenciamento um conjunto inteiro do corpo social e ainda mais as mulheres que não são apenas silenciadas em suas palavras, mas em tudo as que tornam subjetivas: palavras, corpo, etc.

Spivak (2010) ao tratar sobre os “sacrifícios das viúvas” na Índia para construir uma reflexão sobre o sujeito pós-colonial, pontua que:

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que a figuração deslocada na “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização. (SPIVAK, 2010, p. 119).

Há nas palavras da autora e na forma como ela interroga as teorias em torno da construção do objeto filosófico em torno da subjetividade, uma questão que parece recorrente: a não compreensão (ou o não interesse nas) das formas de participação das mulheres nas formações sociais.

Os aspectos políticos compreendem práticas onde estão interligados os



exercícios de poder e de decisão com implicações diretas nas formações sociais. O reconhecimento da atuação feminina no decorrer histórico implica uma análise voltada a vários aspectos que possibilitaram a busca constante pela igualdade de direitos e pelo respeito as especificidades e necessidades das mulheres. Um desses aspectos é o político, no qual ao longo da história impulsionou a mobilização coletiva feminina para questionar as práticas sociais vigentes, possibilitando várias transformações de âmbito jurídico, ou nos campos culturais e econômicos.

Observam-se alguns exemplos dessas mobilizações o Movimento Antiescravagista Feminino Estadunidense no século XIX, o qual, conforme Davis (2016), apresentou um espaço de reflexão política entre a população negra e mulheres brancas, em geral, donas de casa de classes média e alta, que ao se mobilizarem pelo processo de abolição, puderam levantar questões sobre a suas próprias condições de subordinação referente aos homens. No Brasil, pode-se citar vários exemplos como a criação da Lei Maria da Penha, a qual parte de reivindicações jurídicas frente ao combate à violência contra a mulher, o Movimento Feminino pela Anistia, criado durante o regime ditatorial na década de 1970, com o objetivo de denunciar as repressões do governo na época, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, na década de 1920, que reivindicava os direitos políticos das mulheres, entre outros.

Conforme Avelar e Cintra (2007), pode-se dizer que os aspectos políticos ultrapassam as delimitações das ações de controle e poder do Estado. Configuram-se na contradição de interesses entre grupos e classes sociais. Neste contexto, a mobilização coletiva de grupos de base tem um papel fundamental para impulsionar o debate sobre questões pertinentes aos interesses de melhoria nas condições de vida e na construção de uma nova concepção de sociedade.

Assim, reveste-se de particular importância que a compreensão da atuação feminina seja vista como uma atuação política, de questionamento, de reivindicação, de consolidação de poder e de acesso aos lugares de decisão. Para Machado, Maia e Labegalini (2007), a atuação política demanda a consolidação de interações entre os sujeitos e instituições sociais, tendo estes o comprometimento com os resultados e causas dessas interações:

A política tomada como objeto de estudo envolve relações e implicações manifestas nos cursos de ação dos governos ou

organizações, uma rede de decisões e também de não ações ou omissões, pois o estudo das não-decisões e dos adiamentos adquiriu importância crescente, nos últimos anos. (MACHADO, MAIA, LABEGALINI, 2007. p. 27).

Para as autoras, além dos resultados concretos das atuações políticas, as omissões em muitos casos, também revelam um posicionamento frente as propostas de mudanças no contexto social.

Do ponto de vista da ocupação dos espaços de poder as tensões estão relacionadas não apenas as propostas políticas que são discutidas nesse contexto institucionalizado, como nos poderes executivo, legislativo, judiciário, de organizações não-governamentais, ou mesmo instituições do setor privado. Tem-se como exemplo a própria disposição de horários de sessões extraordinárias, de calendários de reuniões, de assembleias, de alcance de metas em empresas, em princípio, de estruturas básicas de funcionamento, que muitas vezes não permitem ou dificultam a participação de mulheres com jornadas múltiplas, quando elas são as principais mantenedoras de suas famílias, as quais recaem as responsabilidades com o cuidado dos filhos, ou dos mais idosos.

*Fotografia 2 - Maternidade e responsabilidade dos cuidados com os filhos*



*Fonte: Arquivo pessoal.<sup>16</sup>*

A fotografia ilustra de forma bastante significativa o papel da mulher: quem segura a criança? Se nos detivermos em outras fotos do mesmo período a regularidade do discurso em torno dos cuidados com a prole será mantida justamente pelo fato de que em quase todas as fotos, a mulher aparece segurando a criança. A cena de família típica faz reverberar o funcionamento do arranjo social. As mulheres como educadora, como cuidadoras, como aquelas que ajeitavam a vida da casa, ordenavam os trabalhos e instruíam de forma inicial os filhos nos saberes, conforme pontuou Krupskaya (2017, p.24), ao tratar das poucas condições que as mulheres tinham para educar os filhos. Para a autora, as mulheres camponesas ou operárias educavam seus filhos e filhas, considerando o contexto no qual elas foram educadas, para que observassem “o jejum e os rituais religiosos, a temer a Deus e aos mais velhos e a respeitar os ricos, então, ensinavam-lhes a humildade e a paciência.”

Há na afirmação da autora um percurso muito interessante de reflexão: que a educação que não alcançava as mulheres reproduzia as formas sociais excludentes. Perpetuava a estratificação da classe operária e, considerando o funcionamento da

---

<sup>16</sup> Imagem de uma família marianense na década de 1950. Ressalta-se que apesar da imagem retratar uma estrutura de família nuclear, onde aparece a figura do pai, mãe e filha, existem outras estruturas e configurações de família.

relação classe-gênero, poderíamos pensar que sistema simbólico patriarcal também era reproduzido, visto que a falta de educação de qualidade para as crianças fazia com que as mulheres precisassem sempre lidar com jornadas excruciantes de trabalho.

Então, nota-se que as discussões sobre carreira e maternidade ainda se mostram como um tema desafiador para a sociedade conservadora e, mesmo para a progressista, uma vez que a naturalização do trabalho feminino como sendo o de casa e o fora dela, o cuidado com filhos, filhas, etc., atravessa toda a forma como a sociedade se organiza, pois, para além das questões antropológicas, há também nesse modo, uma questão econômica preponderante: o trabalho doméstico da mulher continua gerando mais-valia. O que demonstra uma desigualdade de atribuições e responsabilidades, frente a disponibilidade para a dedicação de tempo ao desenvolvimento pessoal e profissional. Neste sentido, as questões tensionadas estão relacionadas a assimetria de estruturas, tempo, atribuições e definições de papéis na sociedade e de acesso aos espaços de poder.

Conforme verificado por Vale (2019), mesmo quando conseguem chegar aos espaços de poder, as mulheres vivenciam situações de preconceito, desconfiança ou intolerância. Muitas são vistas como coadjuvantes do processo eleitoral ou de aprovação de leis e projetos. Esse cenário, segundo a autora, possui uma cultura impregnada de ideias fundamentadas no patriarcado.

Trata-se, neste caso, de um exemplo específico onde a luta das mulheres deve ser constante, não apenas para o ingresso nos espaços públicos de poder, como na permanência e reconhecimento de suas capacidades de implementar as mudanças necessárias.

Porém, essas mudanças não só demonstram as competências femininas para as questões políticas, como também coloca em dúvida um sistema rígido, historicamente construído, onde a mulher é vista como complementar, coadjuvante, dependente e frágil. Sob essa ótica de luta pela superação de estereótipos e das desigualdades, Martins (2015) observa:

[...] estudos apontam para as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres no acesso aos lugares de decisão, cujo controle pode ser um dos fatores explicativos da manutenção das desigualdades. [...]. Não se pode deixar de questionar as raízes desta espécie de barreira invisível. (MARTINS, 2015. p. 170).

Sendo assim, a autora enfatiza a importância de compreensão, não apenas da realidade concreta de desigualdades, mas de promover o aprofundamento dos estudos sobre as causas, as bases históricas e culturais dessas desigualdades. Considerando as bases históricas do contexto brasileiro, a participação das mulheres na política com o direito ao voto e a atuação parlamentar pode ser considerada recente, tendo em vista que juridicamente a permissão legal ocorreu a partir da década de 1930.

Dessa forma, apesar dessas conquistas serem imprescindíveis para a representação feminina nos espaços de poder, essa representatividade precisa ser ampliada, consolidada e contribuir para a apresentação de propostas de políticas públicas que visem a equidade de oportunidades.

Segundo Mariano (2011), as reivindicações das mulheres em relação às propostas de políticas públicas estão direcionadas as áreas de cuidado das crianças, equiparação de salários, oportunidade de emprego e acesso à educação. Questões referentes ao acesso a métodos contraceptivos também estão nas pautas das discussões.

É importante considerar que as políticas públicas direcionadas às mulheres não podem ter uma tendência de reforçar os estereótipos e a definição de papéis sociais dentro de uma perspectiva patriarcal, ou seja, a relação entre mulheres e Estado, em um aspecto de dependência e submissão. O desenvolvimento do Estado vincula-se basicamente à atuação das mulheres e nesse sentido, as políticas públicas devem objetivar a emancipação das mesmas em todos os aspectos.

As reivindicações das mulheres no campo político possibilitaram algumas conquistas ao longo da história no contexto brasileiro, como pode-se verificar a partir das observações de Ostos (2012), referente ao Decreto n.º 21.417, de 1932:

O ano de 1932 foi, certamente, um marco para as mulheres brasileiras, que conquistaram diversos direitos, tanto políticos, quanto sociais. O Código Eleitoral estipulou o direito de voto para as mulheres e diversos decretos introduziram avanços inegáveis na legislação trabalhista, favorecendo a população feminina que laborava na indústria e no comércio: concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; direito da mulher em período de aleitamento a descansos diários, ao longo de seis meses depois do parto; direito a repouso de duas semanas caso a gestante sofresse aborto natural; proibição do trabalho feminino em subterrâneos e outras atividades perigosas e insalubres; igualdade salarial para ambos os sexos, desde que no

desempenho das mesmas funções; proibição do trabalho noturno às mulheres, entre dez da noite e cinco da manhã. (OSTOS. 2012, p. 327).

De acordo com os aparatos legais, tanto na década de 1930, com o decreto mencionado acima, como atualmente com a Constituição Federal<sup>17</sup> nos art. 5 que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção e do art. 7 com a proibição de diferenças de salário em funções equivalentes e proteção ao trabalho das mulheres, o que se observa e vivencia na prática é uma diferença considerável entre homens e mulheres.

Em 2019, a agência de notícias do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgou dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2012 e 2018, a qual constatou que as mulheres em média ainda têm seus rendimentos menores que os homens. Segundo a pesquisa essa diferença está em torno de 20,5%.

Outro fator importante está em relação à licença maternidade. Fazendo uma comparação com a década de 1930, houve um pequeno avanço em relação ao tempo dedicado aos cuidados iniciais da criança, e aos cuidados com a saúde da mulher no pós-parto. Porém, é necessário pontuar que há um grande número de mulheres que são demitidas após o retorno da licença maternidade.

Esses dados mostram a desigualdade entre os rendimentos salariais e de direitos ao exercício da maternidade, porém refletem as diferenças apenas ao grupo de mulheres trabalhadoras em atividades formais com documentação comprovada, ou seja, com reconhecimento na carteira de trabalho. Quando se pensa na proporção de mulheres trabalhadoras que estão fora desse quadro, a desigualdade tende a ser maior.

Em 2008, foi disponibilizado um documento intitulado como II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o qual foi construído por meio de conferências em vários municípios do país, onde o objetivo consistia em dar visibilidade as reivindicações das lutas femininas. São vários princípios que orientam as políticas públicas para a promoção da igualdade de direitos e mudanças sociais, entre eles está a universalidade das políticas pública, conforme se verifica a seguir:

As políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e

---

<sup>17</sup> Constituição Federal do Brasil (1988). Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 28/04/2020.

ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia. (BRASIL, 2008, p. 8).

O documento ressalta a importância do envolvimento de todas as esferas do poder para a promoção de políticas públicas voltadas as mulheres, e que essa organização não seja precarizada como política de governo, pois esse se faz de forma transitória, mas sim consolidada de forma permanente, como política de Estado.

Diante disso se faz necessário refletir como a participação efetiva das mulheres precisa ser pensada em campos de atuação: trabalho, escola, etc. Uma das grandes dificuldades que atingiram a participação das mulheres é o acesso à educação formal, para além dos saberes vinculados a casa, educação dos filhos, etc.

Só tardiamente as mulheres passaram das funções domésticas para as funções sociais. Entende-se dessa forma que essa transição entre as funções domésticas e públicas não acontecem de maneira igualitária entre todas as mulheres, pois não abrange apenas as questões de gênero, mas também de raça e classe social.

Fazendo interseções entre as questões dos feminismos, bell hooks (2013) promove reflexões a respeito das lutas do feminismo negro. Conforme a autora, historicamente as mulheres negras e de classes populares têm mais dificuldades de acessar seus direitos, devido à estrutura social. Suas análises partem da experiência própria vivenciada no contexto norte-americano, porém é possível fazer uma conexão com a realidade das mulheres brasileiras.

Na grande maioria, são as mulheres pobres, negras, moradoras das periferias das grandes cidades ou mesmo de origem na área rural e interior do país, que realizam os trabalhos domésticos, ou de cuidado com as crianças e idosos, para que as outras mulheres possam exercer funções fora do contexto privado. Essas mulheres que se tornaram patroas, mesmo sendo independentes, e tendo acesso às atividades extra-lar, também sofrem as consequências do patriarcado e do silenciamento imbricado na sociedade, como é o caso de Mariana. O que hooks (2013) alerta de forma crítica, é que em muitos casos, essas mulheres, mesmo sofrendo essas violações de direito, podem reproduzir essas práticas patriarcais para com as outras mulheres como suas filhas, empregadas, etc.

Esse ciclo pode ser encerrado quando há uma conscientização sobre as

dinâmicas que promovem essas desigualdades. Para o rompimento de tais práticas considera-se pensar em um processo formativo em torno de uma educação que reforce o papel das mulheres como protagonistas de suas existências, mas não apenas, é necessário como afirma Saffioti (2015, p.105) pensar na educação pelas/para as mulheres como um caminho de resistência à tradição epistemológica de ver as relações a partir do molde simbólico do patriarcado. É nessa perspectiva que serão analisadas as ações de formação no município de Santa Mariana.



## CAPÍTULO II

### ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PARA AS MULHERES A PARTIR DO CONTEXTO MARIANENSE ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1940.

A primeira escola a ser inaugurada em Santa Mariana, na década de 1930, estava localizada na área rural do município e foi implementada pela iniciativa dos imigrantes japoneses. O objetivo era promover o atendimento a formação escolar das crianças daquela comunidade.

*Fotografia 3 - Inauguração da primeira escola<sup>18</sup> de Santa Mariana.*



*Fonte: Documentário de antigos moradores – família Akabane*

Sobre o atendimento as crianças neste período histórico, não há registros sobre a atuação de Mariana, no município. Porém, de acordo com Fonseca (2012), durante a década de 1920, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Mariana foi presidente do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que tinha o objetivo de promover assistência médica, odontológica, farmacêutica, além de doações de leite e demais alimentos às famílias necessitadas. A Instituição tinha parceria com os órgãos público, mas contava com recursos originários de doações, promoções e quermesses.

O IPAI<sup>19</sup> de Ribeirão Preto também era conhecido pelo nome de seu

<sup>18</sup> Nota-se pela imagem que a estrutura da escola é de madeira, matéria-prima abundante na época, tendo em vista as constantes derrubadas de mata nativa para a atividade agrícola. Observa-se ainda a predominância de alunos e professores de descendência japonesa, duas bandeiras, símbolos oficiais do Brasil e do Japão. Nos arquivos e registros do município não foi possível acessar mais informações e detalhes sobre a escola, como os métodos de ensino, número de alunos atendidos, entre outros.

<sup>19</sup> IPAI – Sigla para Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Nota-se a vinculação da imagem de Mariana ao destaque de atuação política do esposo: “casada com o presidente da Câmara...” “mais tarde deputado estadual”. Nota-se que Mariana esteve na gestão do Instituto em período anterior a

fundador, o médico Antônio Gouveia, e, conforme a conexão formal entre os dois institutos, ratificada pelo Decreto Federal 3.877 de 1919, a organização, os propósitos e os apoiadores do IPAI de Ribeirão Preto apresentavam características que remetiam ao modelo do Instituto do Rio de Janeiro. Além de seu fundador, o IPAI ribeirão-pretano contava com um grupo de diretoras originárias das famílias cujos membros estavam integrados ao circuito do poder político e institucional local, formado pelo trinômio Diretório do Partido Republicano Paulista-Câmara Municipal-Prefeitura. A presidente do Instituto, Anita<sup>20</sup> Procópio Junqueira, era casada com o presidente da Câmara Municipal entre 1920 e 1926, Francisco da Cunha Junqueira, mais tarde deputado estadual em São Paulo. Ao lado de Maria Conceição Junqueira Ferraz, Sylvia Stauffer e Benedita Gomide Morgan, além de comporem a diretoria, Anita Junqueira e suas colegas formavam um grupo de apoiadoras com vínculos familiares, políticos e de classe, aos quais recorriam para ativar uma rede de apoios ao IPAI, em Ribeirão Preto, algo comum ao estabelecimento de alianças entre o público e o privado, sob o fim de praticar a assistência à infância. (FONSECA, 2012. p. 100).

No município de Santa Mariana, apesar da iniciativa dos imigrantes japoneses, o acesso à formação escolar entre as décadas de 1920 e 1940 era difícil para a maioria da população local, visto não haver muitas escolas disponíveis, professores, e as necessidades de sobrevivência faziam com que as jovens trabalhadoras priorizassem o trabalho doméstico e a produção no campo, em detrimento aos estudos.

Neste contexto, as meninas das classes populares eram preparadas para serem esposas, donas de casa<sup>21</sup>, mães e para o auxílio das atividades laborais da família, ou seja, dificilmente eram estimuladas a frequentar a escola.

---

compra das terras onde se localiza o município de Santa Mariana.

<sup>20</sup> Anita – assim era conhecida Mariana, no interior de São Paulo. Possivelmente uma nomenclatura carinhosa, derivada de Marianinha, pois sua avó também se chamava Mariana.

<sup>21</sup> De acordo com Silvia Federici (2017, p.195) “Foi somente no século XIX — como resposta ao primeiro ciclo intenso de lutas contra o trabalho industrial — que a “família moderna”, centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora”. Segundo a autora, anteriormente a este período, as mulheres da classe trabalhadora viviam em condições tão precárias de moradia, alimentação, dificuldades de acesso aos meios de higiene, entre outros fatores, que a designação não era possível. Ao se pensar sobre os termos dona de casa, rainha do lar, trabalho doméstico, percebe-se uma tentativa de delimitar a atuação feminina no espaço privado.

## 2.1 A CONTRADIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA MULHERES

A educação das mulheres no Brasil é, assim como outros países colonizados, marcada pela forte contradição entre as mulheres brancas e vindas com os colonizadores (ou depois, com os comerciantes) e com a população que aqui estava.

Conforme mencionamos anteriormente, a educação jesuítica é calcada na submissão dos povos indígenas aos colonizadores. O processo educativo estava fortemente vinculado ao processo exploratório, ao modelo econômico e também a instituição de um conjunto simbólico de funcionamento social.

Saffioti (2013) nos apresenta uma interessante perspectiva a respeito da presença dos jesuítas:

Se a presença dos jesuítas significava, em curto prazo, uma força social construtiva, iniciando nas primeiras letras a parcela masculina da população livre infantil, para a mulher, os padres da Companhia de Jesus simbolizavam as possibilidades de refúgio que a religião oferece aos seres subjugados pelo poder discricionário. Neste sentido, a atuação dos jesuítas sobre a mulher não foi senão negativa, porquanto não lhe ofereceu nenhum instrumento de libertação, mas ensinou-a a submeter-se à Igreja e ao marido. (SAFFIOTI, 2013, p.267).

A reflexão da autora é importante, pois, ao considerar que a igreja e depois a escola foram as responsáveis pela reprodução das condições de produção do capital que, no caso das mulheres, significava o total apagamento da existência.

Quando se pensa em educação para mulheres, em uma análise do processo de forma ampla, é necessário considerar alguns aspectos que interferem na organização e na estrutura do ensino formal proposto, tais como os objetivos, o contexto histórico, a posição econômica e social, entre outros. Para Campello (2009), a dualidade estrutural mostra uma educação fragmentada, dividida, que reflete na divisão social do trabalho, nas diversas camadas sociais, onde se estabelece os papéis sociais de explorado e explorador. Na história é possível observar essa dualidade da educação com mais evidências entre as camadas sociais, porém essa prática pode mostrar uma especificidade desse processo, as contradições na educação voltada para as mulheres.

De acordo com Zilberman (1994), pode-se dizer que a educação, para as mulheres provenientes de famílias com maior poder aquisitivo, era voltada ao contexto privado, ou seja, ao gerenciamento das atividades domésticas e a educação inicial

dos filhos. A mulher tinha que se adequar aos interesses do marido, e sua principal função era gerar filhos. Segundo a autora, havia uma crítica ao acesso das mulheres a uma educação formal, que fosse igual ao ensino oferecido aos homens, pois isso poderia concorrer para a desestruturação da ordem social imposta, no que diz respeito a hierarquia masculina.

Conforme Saffioti (2013, p. 270), a instrução feminina no Brasil perpassa por diversos períodos, desde da educação ofertada pela igreja católica, onde a base se consolidava pela ideia de submissão da mulher, para a igreja e para o homem (pai, marido), até a criação de colégios específicos para as meninas, o qual inclusive, utilizava-se em alguns casos, de espaços de conventos. Segundo a autora:

[...] esta denominação não corresponde àquilo que modernamente se entende por colégio. Tratava-se, na época, de senhoras portuguesas e francesas ensinando costura e bordado, religião e rudimentos de aritmética e de língua nacional às moças que recebiam em suas casas como pensionistas. [...] Frequentemente, as educadoras estrangeiras exerciam suas atividades como professoras domiciliares". (SAFFIOTI, 2013. p. 270).

O objetivo dessa formação delimitada, não era especificamente a formação intelectual da menina, e sim a sua preparação para fornecer uma educação inicial aos futuros filhos e a sua função como esposa. Neste contexto fica evidente que mesmo sendo parte de uma classe econômica privilegiada, essas mulheres tinham restrições quanto a educação. Geralmente era ensinado noções básicas de artes, tinham aulas de música, bordados, como organizar um jantar, como se comportar em uma reunião, enfim, não se permitia a formação de um aprofundamento teórico, ou o estímulo ao pensamento crítico. Para Campos e Oliveira (2017):

[...] a maior parte das mulheres foi submetida a um longo período de exclusão de seus direitos, em que eram praticamente forçadas a abrir mão de suas vontades e sonhos, sendo controladas por seus familiares, o que incluía a não escolarização por imposição da própria sociedade. (CAMPOS, OLIVEIRA, 2017. p. 39).

É importante ressaltar que essa exclusão era mais evidente na realidade das trabalhadoras e, entre essas, ainda recaía algumas diferenças com relação ao contexto das cidades e ao contexto do campo. As meninas das classes populares, a partir da primeira infância, já estavam inseridas nas atividades laborais da família, seja no trabalho do campo, como ajudantes de pequenas oficinas, realizando atividades

domésticas em casa, ou prestando esses serviços em outras casas. Os ensinamentos eram feitos de maneira informal, na prática social e familiar, por meio da oralidade, da observação e da imitação, em condições precárias e com trabalhos exaustivos para a fase da vida em se encontravam. A ideia de infância conforme compreendida hoje, se fazia muito diferente nas décadas de 1920 e 1940. A criança era vista e tratada como um mini adulto, o qual para o pensamento da época, deveria trabalhar para ajudar no sustento da família.

Quando essas jovens se tornavam adultas de fato, o destino era o casamento, e muitas continuavam sua rotina de trabalho e ainda sendo responsáveis pelos cuidados com os filhos e dependentes do marido. Enfim, realmente não tinham condições de acesso à escola, ao ensino formal e sistematizado. Politicamente, a não educação formal das mulheres também era responsável pela permanência das mulheres no interior das casas e dependentes dos maridos para qualquer tipo de negociação. A perpetuação de tal situação acontecia, como já dissemos, no próprio processo de educação dos filhos e filhas. Aqueles educados para a liderança, assumir os negócios, o trabalho no comércio (se filhos das oligarquias rurais) e essas educadas para os trabalhos de cuidados da casa e dos filhos, envolvimento com a igreja e comunidade.

## 2.2 EDUCAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A RESISTÊNCIA FEMININA

Convém ressaltar que, da mesma forma que a educação é opressora, ela cumpre contraditoriamente um processo libertador. Considera-se que a educação tem uma posição estratégica de promover a reflexão sobre os desafios e os entraves para o alcance pleno dos direitos diante das estruturas sociais, que em vários momentos se mostram de forma rígida diante das propostas e necessidades de transformação. Assim, a educação que favoreça o processo educativo crítico é resultante da ação dos sujeitos e das influências do meio social, tendo esse, o papel de base para a reflexão dos problemas e suporte para a mudança, através da atuação coletiva.

Em um dos trechos do livro *Medo e Ousadia*, Paulo Freire observa que o Brasil é um país que tem uma estrutura historicamente patriarcal, machista e preconceituosa. De acordo com Freire (1986):

A sociedade brasileira é uma sociedade muito autoritária. [...]. Somos uma sociedade fortemente machista e não marxista. [...] não acredito na possibilidade de superar o racismo e o sexismo num modo de produção capitalista, numa sociedade burguesa. Não obstante, isso não significa que o racismo e o sexismo serão superados mecanicamente numa sociedade socialista. [...] a educação libertadora é uma das coisas que devemos fazer, junto com outras coisas, para transformar a realidade. Devemos evitar que nos interpretem como se estivéssemos pensando que deveríamos primeiro educar as pessoas para serem livres, para depois podermos transformar a realidade. Não. Devemos, o quanto possível, fazer as duas coisas simultaneamente. Por isso, devemos estar engajados na ação política contra o racismo, contra o sexismo, contra o capitalismo, e contra as estruturas desumanas de produção. (FREIRE, SHOR, 1986).

Para o autor a transformação social passa por um projeto de educação emancipadora, mas as estruturas de opressão somente serão superadas com mudanças profundas no modo como a sociedade está organizada. O livro é escrito em formato de diálogo entre dois professores de contextos sociais e escolares diversos. Essa observação é colocada quando um dos professores se preocupa com o silenciamento das meninas em sala de aula ou quando elas são interrompidas pelos meninos, nos momentos que expressam suas opiniões. Interessante ressaltar como algumas dinâmicas no contexto escolar refletem de forma direta as dinâmicas culturais do patriarcado na sociedade. De acordo com Silva (2015):

Talvez a grande contribuição de Freire para o movimento feminista [...] seja que a educação dialógica pode criar as condições para a emancipação das mulheres, na superação das relações sociais sexistas. Sendo assim, podemos concluir que o diálogo, inspirado num processo de conscientização das pessoas, pode ser uma importante ferramenta para o processo de libertação das mulheres, num movimento que inclua as escolas, e não apenas elas, mas toda a sociedade. (SILVA, 2015. p. 148).

Segundo a autora, as contribuições de Freire para as lutas femininas se concretizam por uma prática de superação do patriarcado por meio de uma educação onde as condições de ensino e de aprendizagem sejam voltadas à conscientização e ao diálogo. O processo de conscientização, conforme a perspectiva freireana, constitui-se por algumas etapas como, por exemplo, o olhar voltado para a percepção da realidade imediata; a problematização dessa percepção, onde busca-se compreender os fatores que influenciam diretamente essa realidade, tais como fatores culturais, políticos, econômicos, históricos, entre outros; a análise crítica desses

fatores; e o movimento de busca pela transformação dessa realidade por meio de reivindicações, mobilizações coletivas, para o acesso aos direitos.

Neste caso, pode-se afirmar que há uma multiplicidade de movimentos feministas, ou seja, aqueles constituídos por mulheres da periferia, mulheres indígenas, mulheres negras, entre outros, compreendendo-se dessa forma que as mobilizações feministas são coletivas, e que os objetivos são diversos, pois são específicos de cada contexto e de cada realidade social.

Entender a educação como prática emancipadora significa assumir um compromisso social que questiona os valores de opressão e dominação e coloca em evidência as contradições de um contexto social consolidado pelo capitalismo. Libâneo (2002) afirma que para se efetivar uma educação voltada a superação dessas contradições, é necessária uma ação pedagógica que permita a mediação entre a escola e a vida, entre as experiências vivenciadas e os saberes institucionalizados historicamente. Na sociedade atual, percebe-se um movimento de interferências constantes de diferentes grupos com representações políticas, de iniciativa privada, empresariais, religiosos, entre outros, com objetivos variados referentes ao modelo de educação a ser implementado. Tal prática deve ser analisada no sentido que esta revela também a composição de uma estrutura educacional dualista, frente a predominância de uma sociedade fundamentada nos interesses capitalistas.

Quando se coloca a questão da estrutura educacional dualista, também se coloca a ideia de que há uma organização de currículos, métodos, formações de profissionais, produção e disponibilidade de matérias didáticos, estrutura física, de projetos educativos, de horários, entre outros. De acordo com Tonet (2007), pode-se dizer que:

[...] a educação é uma mediação para a reprodução social. E que, numa sociedade de classes, ela, necessariamente, contribuirá predominantemente para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana. É por isso que entendemos não ser possível uma educação emancipadora, mas apenas a realização de atividades educativas emancipadoras. (TONET, 2007, p.35).

Neste contexto fica evidente que para o autor não é possível uma educação que vise a autonomia ou a liberdade da classe trabalhadora, em uma sociedade onde predominam os interesses capitalistas, ou seja, de exploração e de opressão.

Percebe-se então que não é possível uma educação emancipadora sem uma transformação radical da estrutura social.

Contudo, pode-se pensar que a estrutura educacional é, de certa forma, uma representação simbólica dos modos de organização da luta de classes. De acordo com Meszáros (2008):

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. (MESZÁROS, 2008.p. 45).

A conformidade apontada pelo autor passa, fundamentalmente, pela costura continua das formas de reprodução sobre o lugar da classe trabalhadora, sobre o lugar das mulheres. O processo de construção de um “habitus”, conforme propunha Bourdieu (2008) é, na escola, a tentativa de pacificação das tensões e resistência do corpo social, mas não de forma homogênea, assim, a mesma escola que tenta cotidianamente normalizar as condições históricas, acomodando os sujeitos em seus supostos lugares, fornece as bases para a transformação. E a educação das mulheres, por exemplo, põe em discussão a constituição da ciência e de como o saber científico olha para o feminino.

A educação, neste sentido, é constituída de um processo amplo, contraditório, complexo e dinâmico, que abrange experiências coletivas e individuais, que remetem para além do espaço escolar. Em todo esse processo complexo e dinâmico deve-se considerar que historicamente várias manifestações com objetivo de utilizar o espaço escolar como espaço de conscientização da realidade e de mudanças no contexto social estavam em contraposição de uma ideia de educação passiva. Entre as diversas concepções de educação, Paulo Freire (1967) defende uma prática educativa que promova a discussão crítica sobre os fatores que condicionam e determinam a realidade:

A opção, por isso, teria de ser também, entre uma educação para a domesticação, para a alienação, e uma educação para a liberdade. [...]. Sempre lhe pareceu, dentro das condições históricas de sua sociedade, inadiável e indispensável uma ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse numa postura de auto-reflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço. (Freire, 1967. p.36).



Ao se pensar sobre a educação no município de Santa Mariana, tendo como referência as atividades escolares sobre a comemoração de emancipação política e a própria história do município, observa-se que as discussões poderiam ser ampliadas para além da história dos chamados pioneiros, ou seja, pode-se pensar a história das mulheres, a história dos povos originários que habitaram aquela região, a história de outros povos, da classe trabalhadora, que contribuíram para a formação da localidade. Assim, uma proposta de educação que ampliasse a identidade cultural, a análise crítica sobre os desafios do contexto social, principalmente às questões que envolvem a ênfase em determinados grupos da classe dominante, e as formas de opressão contra as mulheres, contra a classe trabalhadora, e que muitas vezes são naturalizadas nas práticas sociais. Neste sentido, os processos de silenciamento e invisibilidade constituem-se como formas de opressão. É necessário superar a história contada a partir do olhar do colonizador.

### CAPÍTULO III

#### **A INVISIBILIDADE DA ATUAÇÃO DAS MULHERES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA A PARTIR DA ANÁLISE DE FONTES DOCUMENTAIS**

A análise de fontes documentais, considerando o pensamento de Zilberman (2004), consiste no estudo sobre registros de eventos ou acontecimentos históricos, feitos por determinados sujeitos. Como bem nos assegura Lombardi e Nascimento (2017), analisar fontes documentais é buscar a compreensão sobre documentos que registram fatos que podem servir de consulta para pesquisadores, e que mostram indícios sobre a organização da estrutura social em determinada época, a qual pode evidenciar práticas sociais que provocam e replicam a sistematização de processo opressivos, como por exemplo, a invisibilidade da atuação das mulheres na sociedade.

Para Serralheiro (2019), a análise de fontes documentais favorece uma inter-relação entre o percurso constitutivo das sociedades no passado e os resultados sociais atuais. A análise de fontes documentais permite percorrer:

[...] os caminhos tortuosos [...] nessa tão árdua tarefa de desenterrar o conhecimento e de certa forma nos dando uma clara ideia como a história se faz com fontes documentais. O ofício do historiador consiste na observação criteriosa dos testemunhos do passado. Testemunhos muitas vezes reunidos em arquivos. (SERRALHEIRO, 2019, p. 84).

Como se pode verificar nessa citação, a análise de fontes documentais é aplicada diretamente ao trabalho do historiador, porém pesquisadores de outras áreas do conhecimento, podem utilizar essa estratégia para o aprofundamento qualitativo de suas pesquisas. Evidentemente a aplicação da estratégia estabelece uma postura de construção do pensamento crítico, direcionando os estudos para os fatores que indicam as estruturas sociais de cada período histórico.

A análise de fontes documentais configura-se em uma seleção e estudo de documentos estratégicos, os quais expressam um registro sobre como determinado fato possa ter ocorrido, ou mesmo a descrição de mudanças ocorridas em comunidades específicas. Cita-se, como exemplo, o Histórico Oficial do município de Santa Mariana, onde é possível analisar como as mudanças estruturais, econômicas e políticas ocorreram durante as décadas de 1920 e 1940. Porém, é possível também visualizar uma ideia de valorização do pioneirismo, do pensamento fundamentado no

patriarcado e no silenciamento da figura feminina na descrição da narrativa histórica.

Dentro do entendimento sobre o pioneirismo, consideram-se as questões sobre ocupação, invasão, uso e posse das terras, as quais numa visão estrutural e funcionalista não são sinônimos, mas se diferenciam a partir da abordagem que são direcionadas e dos lugares discursivos diversos. Nos estudos sobre os sentidos representativos das designações ocupação e invasão, Indursky<sup>22</sup> (1999, p.180) afirma que ocupação “remete a ideia de ação pacífica exercida sobre terras abandonadas”. Porém, invasão “traz consigo o efeito de sentido de violência contra a propriedade privada, ou seja, discursiviza a violação da lei e faz soar o discurso jurídico sobre o direito de propriedade”. Com efeito, a versão dos pioneiros traz uma trajetória histórica que remete a ideia de ocupação de território por esse grupo. Quando o efeito de direito à propriedade é afirmado juridicamente, qualquer iniciativa de uso da terra por grupos diversos é vista como prática de invasão, de violação da ordem estabelecida.

Neste caso, ao reforçar uma memória seletiva, tendo fundamento o pensamento essencialista sobre a formação urbana de determinada região, compreende-se que o direito à propriedade é interlaçado pelo direito à visibilidade e a posição de fala do sujeito. Para Indursky (1999):

[...] duas expressões linguísticas diferentes (invasão/ocupação) nomeiam a mesma prática [...] produzindo sentidos diferentes. E essa prática mobiliza fatos políticos diversos e põe em movimento uma discussão sobre os lugares políticos no Brasil. (INDURSKY, 1999 p. 180).

Pode-se constatar que os fatos políticos diversos mostram eventos de crises, onde a aproximação entre os lugares políticos também manifesta exclusão, como afirma Arendt (2002). Esses conflitos ideológicos ou práticos se manifestam quando uma situação tida como consolidada e justificada pela aderência histórica, é questionada. Neste caso, pode-se notar um esforço do controle de mecanismos de transmissão de cultura, para que o discurso de exaltação de um determinado grupo social seja efetivado.

Anteriormente à chegada da família Junqueira, pode-se pensar em um breve

---

<sup>22</sup> No livro *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*, no capítulo 13, intitulado *De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST*, a autora promove uma análise sobre os discursos de grupos antagônicos como os fazendeiros e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), observados nas reportagens e manchetes de jornais, durante a década de 1990.

retrospecto histórico com base na chamada Lei de Terras de 1850 e a Política de Imigração no Brasil entre final do século XIX até meados do século XX, fatos que foram preponderantes na colonização do território. Após o acordo entre portugueses e espanhóis, com o Tratado de Tordesilhas, a coroa portuguesa deliberou um plano para ocupar o novo território, a partir da definição de Capitânicas Hereditárias, as quais consistiam em grandes porções territoriais doadas a nobres para exploração dos recursos existentes. Esses nobres faziam a redistribuição dessas terras, nas chamadas sesmarias, as quais deveriam fomentar a produção agrícola, principalmente da cana-de-açúcar. Observa-se que durante o período inicial do Brasil Colônia, o território onde se localiza Santa Mariana, e grande parte do Paraná, pertencia a Espanha e neste sentido, com exceção do litoral, não era abrangido pela política de Capitânicas. Após as invasões e destruições feitas por bandeirantes paulistas, esse território começa a ser explorado por Portugal. Mesmo com iniciativas de doações de terras para formação de sesmarias no Paraná, a região norte até meados do século XIX, era ocupada por populações indígenas. Com a aprovação da Lei de terras em 1850, a posse registrada passa a ser obrigatória, ou seja, a aquisição das terras deve ser feita por meio de compra ou venda. Para Raquel Rolnik (1997):

Duas questões podem ser apontadas aqui: a raiz da noção de que o direito à terra está diretamente ligado a sua efetiva utilização, que remonta à própria ordem jurídica portuguesa, e a convivência entre um sistema oficial de concessão e um registro de terras virtual e acessível a poucos [...]. Foram duas as implicações imediatas dessa mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria. (ROLNIK, 1997.p. 22).

Partindo das afirmações da autora, a terra passa a ser uma propriedade, uma mercadoria, tanto daqueles que se apropriaram antes da regulamentação, quanto do governo, que por interesses políticos de unificação do território e ocupação estratégica de áreas de fronteira, promovem leilões ou mesmo doações, o que ocorre de forma significativa no sul do país. De acordo com o historiador Átila Brasil (2014), a posse das terras na região norte paranaense, se fez pelo Barão de Antonina, a partir de um acordo desenvolvimentista com o governo imperial, mas que o intuito era a apropriação progressiva por parte do mesmo. Estabelecendo entrepostos em lugares estratégicos com o auxílio de sertanistas, ia registrando as terras como sua

propriedade. Segundo o autor, após o falecimento do Barão, seus herdeiros venderam as posses.

Ele conciliou seus interesses particulares com os do Império, no século XIX: primeiro, queria viabilizar uma ligação terrestre entre o litoral e a distante Província de Mato Grosso e, segundo, tomar posse dos lendários campos de Paiquerê. [...]. Esses prepostos, durante muito tempo, nada mais fizeram do que se apossarem de imensos latifúndios para atender a insaciabilidade do Barão por terras. Eles percorreram os vales dos rios Tibagi, Congonhas, Ivaí, Paranapanema e Paraná e o Barão foi registrando suas inumeráveis posses. (BRASIL, 2014. p. 26).

Tanto a família Junqueira, quanto a família Procópio também foram conhecidos como proprietários de grandes fazendas produtoras de café, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Antes da compra da gleba Laranjinha, por Mariana e Francisco, muitos outros já haviam adquirido as terras e revendendo-as logo após.

O registro oficial sobre a história do município de Santa Mariana, inicia-se no ano de 1923, com a aquisição de grande quantidade de terras por Francisco Junqueira. A narrativa percorre vários acontecimentos, desde a chegada de famílias de imigrantes, como também a formação do território urbano, como a instalação de comércios e indústrias. O que chama atenção é o fato de não haver indicação sobre a possível autoria do documento, mas pela estrutura é possível perceber que relatos de antigos moradores serviram de base para a escrita.

Segundo o Histórico Oficial<sup>23</sup>, Junqueira era proprietário de um conjunto de fazendas, entre elas, uma que em homenagem a sua esposa Mariana Junqueira, passou a ser denominada de Santa Mariana. Neste território, posteriormente, ocorreu o processo gradativo de urbanização e emancipação política. Apesar da menção da figura feminina, no exemplo de Mariana, a mesma aparece de forma muito sucinta, delimitada no papel de esposa e homenageada. Percebe-se que não há detalhes sobre a atuação ou a vida dessa e de outras mulheres que fizeram parte desse processo.

Formou-se em 1.934 um pequeno povoado em terras pertencentes ao Senhor Francisco Junqueira, o qual se foi aos poucos desenvolvendo, com a presença de correntes constantes de forasteiros de diversas procedências, animados pela fertilidade da gleba. [...]. Segundo antigos moradores a denominação de Santa Mariana constitui uma homenagem da localidade a Senhora Mariana Junqueira, esposa do

---

<sup>23</sup> Histórico Oficial do município de Santa Mariana, Paraná. Disponível em <http://www.santamariana.pr.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

Doutor Francisco Junqueira, já falecido, primeiro proprietário das terras onde veio instalar-se o Município.<sup>24</sup>

O relato inicia-se com a observação de Junqueira como proprietário de terras. Apesar da menção de Mariana, o último trecho é complementado com uma espécie de reforço sobre a condição de "esposa do Doutor Francisco". Além disso, o discurso volta-se mais uma vez o destaque para o sujeito identificado como dono, proprietário.

Neste sentido, fazendo uma análise do registro histórico, é possível considerar uma ideia limitativa do papel da mulher na sociedade, a mulher esposa, a mulher restrita ao âmbito privado, submissa às decisões de outros. Mas ao buscar informações sobre Mariana em outras fontes históricas, de maneira evidente, esses adjetivos de atuação passiva, não caracterizaram sua vida, os quais são possíveis de verificar no livro sobre a história do município de Cornélio Procópio, escrito pelo professor e historiador Átila Brasil, e no Histórico da Escola Municipal Anita Procópio Junqueira, localizada em Ribeirão Preto- SP:

Mariana Balbina Procópio Junqueira, cujo apelido era Anita, casou-se com seu primo Francisco da Cunha Junqueira, que foi proprietário da Gleba Laranjinha. A esse casal se deve o início da colonização microrregional. Existiu a Fazenda Santa Mariana, cujo nome era em sua homenagem. Quando os trilhos da estrada de ferro passaram pelas terras de Junqueira, ao construírem a estação do km 107, Francisco da Cunha Junqueira conseguiu que a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná (SPP) lhe desse o nome de Santa Mariana, em homenagem à sua esposa. (BRASIL, 2014, p. 13).

O que chama atenção na citação acima, é o trecho "a esse casal", na terceira linha, onde coloca a importância em ambos, Mariana e Francisco, no processo de colonização da região. Em outro trecho da pesquisa do professor Átila, Mariana é retratada como uma pessoa ativa na sociedade, devido às circunstâncias do contexto político da época, como a Revolução de 1932, conforme descrito:

Francisco da Cunha Junqueira, como paulista, participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, como outros paulistas quatrocentões da família Junqueira. Com a derrota de São Paulo, ele foi exilado. Sua esposa, Mariana Balbina Procópio Junqueira, cujo apelido era Anita, assumiu o controle da propriedade familiar, iniciou o loteamento e negociou com a CFSP<sup>25</sup>. (BRASIL, 2014, p. 44).

---

<sup>24</sup> Observa-se que não consta autoria do documento.

<sup>25</sup> Sigla de Companhia Ferroviária São Paulo- Paraná.

Além de assumir as responsabilidades de gestão da propriedade, Mariana também consolida as negociações com os empresários da construção da ferrovia, a qual após mais de setenta anos, encontra-se ainda em atividade na região.

*Fotografia 4 - Estação Ferroviária de Santa Mariana.*



*Fonte: Wanderley Duck, Estações Ferroviárias do Brasil.*

A ferrovia tornava-se algo estratégico na valorização das propriedades por onde passava, pois, possibilitava o transporte da produção de café, com fins de exportação. Nota-se que Mariana foi responsável também, pelo início do processo de loteamento das terras, o qual foi resultante na formação do território urbano, tanto do município de Santa Mariana, como de Cornélio Procópio.

Finalmente, no objetivo de colocar em evidência, a atuação ativa de Mariana Junqueira, o estudo encontrou alguns obstáculos, como dificuldades em encontrar mais informações sobre a sua vida. Um dos documentos encontrados foi o Histórico do Patrono, da Escola Municipal de Educação Infantil Anita Procópio Junqueira, disponibilizado no site da Prefeitura da cidade de Ribeirão Preto. Conforme os dados do documento, é possível saber sobre a filiação e a data de nascimento de Mariana, local de falecimento e considerações sobre sua atuação na sociedade e nuances de sua personalidade:

Mariana Balbina Procópio Junqueira (Anita), nasceu em Porto Ferreira, em 12 de março de 1890, filha do Coronel Cornélio Procópio Junqueira de Araújo Carvalho e de Maria Gabriela Diniz Junqueira. Casou-se em São Paulo com seu primo Francisco da Cunha Junqueira, Bacharel em Direito, Deputado Estadual, Vereador da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, delegado da lavoura junto ao

Instituto de café, Secretário da Agricultura e Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, de 1920 a 1926. Mariana Balbina Procópio Junqueira (Anita), teve cinco filhos e faleceu em Ribeirão Preto, em 21 de maio de 1956. Durante sua vida, deixou uma tradição de trabalho e abnegação em prol dos desfavorecidos pela sorte, com especial atenção pela infância abandonada e também pelas famílias dos combatentes da II Guerra Mundial, pracinhas nas linhas de frente de combate. Considerada uma anfitriã perfeita, conseguiu representar nossa cidade com dignidade frente a ministros, secretários, parlamentares e titulares de toda ordem que vinham à nossa cidade e eram hospedados em sua fazenda "Brejinho" em Bonfim Paulista<sup>26</sup>.

Foi realizado o contato por telefone com os responsáveis da escola mencionada, mas os mesmos também não souberam informar mais sobre Mariana. Alguns registros foram encontrados nos sites daquele município sobre a família Junqueira, mas apenas referente a atuação política de Francisco.

Portanto, é possível verificar por meio das fontes documentais, a imagem de determinada pessoa ou fato histórico com perspectivas diferentes. Essa, porém, é uma tarefa que os pesquisadores precisam considerar no desenvolvimento das suas investigações, pois as fontes também são uma memória e, como tal, materializa sentidos vinculados a formação de identidade a qual pertence.

Vê-se, pois, que no percurso da análise, o exemplo de Mariana mostra um discurso com base na passividade feminina na sociedade, em outro momento, na tomada de decisões importantes por ela, tanto no contexto familiar, como no contexto social, com influências visíveis atualmente na comunidade em questão, e por último uma descrição com mais detalhes sobre a sua pessoa e sua personalidade.

Interessante ressaltar que os diferentes tempos históricos, os quais esses documentos foram compostos, refletem a forma de pensar, a cultura daquele contexto. Infelizmente, o processo de silenciamento feminino ainda prevalece, em muitos casos, na atualidade. Algumas informações sobre a vida de Mariana somente foram possíveis por meio do livro sobre a história do município de Cornélio Procópio, com base em uma pesquisa do professor Átila Brasil. Também foi verificado o histórico da família, por documentos disponibilizados virtualmente, onde encontraram-se registros fotográficos do pai e outros familiares, mas não foi possível encontrar a imagem de Mariana.

---

<sup>26</sup> Histórico do Patrono da Escola Municipal de Educação Infantil Anita Procópio Junqueira, disponibilizado no site da Prefeitura da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo.



Segundo Solnit (2017), o silenciamento feminino é percebido quando a prática social nega às mulheres o direito a expressão, em suas mais variadas dimensões. Conforme Sousa (2016) observa, a imposição de um processo de silenciamento, indica uma desconsideração a toda prática ou discurso feminino que não responda a uma determinação das estruturas de poder.

Para Bourdieu (2012), o silenciamento é resultado do controle social referente as estruturas impostas por grupos específicos que se utilizam do poder para definir como a sociedade, alicerçada no patriarcado, deve ser organizada. Segundo o autor, o silenciamento traduz uma forma de efetivação da violência simbólica:

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu "poder hipnótico" a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. (BOURDIEU, 2012, p. 54).

Como pode-se verificar, ao longo da história, muitas mulheres foram silenciadas, censuradas em suas expressões, em suas práticas, nas reivindicações por direitos e por uma condição social simétrica. Porém, em outros casos, esse silenciamento, além de imposto pela própria estrutura social, pelas instituições, pelos discursos, foram incorporados às consciências que, por vezes, diante do medo de represálias, de não serem compreendidas e não sendo valorizadas, foram impulsionadas a se calarem, a se adaptarem as intempéries. Para além do medo, a violência simbólica ocorre justamente de forma a não ser percebida, ela acomoda as significações fazendo com que não haja questionamentos sobre o modo como as mulheres são designadas. Por isso é uma violência simbólica, pois afeta, precisamente, os filtros de significações.

Evidentemente busca-se que os estudos sobre silenciamento feminino possam estimular uma análise mais aprofundada referente as circunstâncias e quais estratégias podem ser utilizadas para evidenciar e transformar esse contexto.

O silenciamento feminino é uma das manifestações de violência simbólica, conforme citado acima, pois promove situações de constrangimento, no sentido de caracterizar a atuação feminina como algo inadequado, fora dos padrões impostos sob a ótica machista. Portanto, se faz necessário entender onde a opressão se inicia e se concretiza, para que seja suprimida na sociedade.

### 3.1 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA E A HISTÓRIA DAS MULHERES.

Antes da chegada da família de Mariana Junqueira, muitos outros já teriam a posse e vendido as terras, possivelmente pelo difícil acesso e falta de estrutura básica. Mariana Junqueira era de família com poder aquisitivo elevado e conhecida no interior paulista, casou-se com seu primo Francisco Junqueira, muito ativo no âmbito da política. De acordo com os estudos do professor Átila Brasil (2014):

Francisco da Cunha Junqueira, no final de 1923, comprou de José Pinto César esses 4.200 alqueires e, em 1926, mais 600 alqueires de Malvina Gonçalves de Oliveira, que, anexados a 250 alqueires comprados de Ambrozina Castanho de Almeida e 436 alqueires permutados com seu tio, Comandante Junqueira, lhe garantiram um total teórico de 5.486 alqueires. [...] Dentro dessa imensa gleba, Francisco Junqueira havia formado algumas fazendas, das quais se destacava a Santa Mariana, cujo nome fora homenagem a sua esposa Mariana Balbina Procópio Junqueira, filha do Coronel Cornélio Procópio de Araújo Carvalho. A Fazenda Santa Mariana contava com mais de oitenta mil pés de café de diferentes idades e sua colônia possuía mais de quarenta famílias trabalhando em regime de seis anos, de empreitada e de colonato. (BRASIL, 2014. p. 42).

Em 1932, quando ocorre a revolução constituinte, devido à participação de Junqueira, o mesmo é preso e exilado. Mariana então passa a administrar as propriedades tomando decisões importantes, como a negociação com empresários, sobre a instalação da ferrovia que passa pelo município, e que trouxe como resultado a expansão da economia, pois se facilitou o transporte da produção de café para exportação, além de outros produtos.

O loteamento das terras, também teve início a partir das mediações de Mariana e proporcionou o desenvolvimento da área urbana, tanto de Santa Mariana, como de municípios vizinhos. Além disso, Mariana demonstrava empatia diante das dificuldades dos mais necessitados, segundo fontes históricas. Assim como Mariana, muitas mulheres tinham uma vida dinâmica na sociedade. Exerciam trabalhos variados junto a seus pais, maridos, irmãos, naquele período histórico, muitas vezes em condições precárias, buscando a sobrevivência, na esperança por melhores condições de vida.

Além do trabalho na lavoura, na criação de animais, na plantação e cultivo de frutas e hortaliças, tarefas direcionadas as trabalhadoras naquele período, ainda

precisavam realizar as tarefas domésticas, dos cuidados com as crianças e com os idosos. As lutas eram diárias, e a grande maioria não tinha acesso à educação formal.

A formação cultural, econômica e social do município, se consolidou em grande parte pela atuação das mulheres, na função de transmissão dos saberes e dos conhecimentos as novas gerações. Os aspectos linguísticos, a educação, a religiosidade, novos conhecimentos sobre o uso da terra, festividades, a culinária, entre outros, são exemplos de como esse processo se realizou e como houve a influência da diversidade cultural de diversos povos como japoneses, árabes, italianos, e pessoas de outros lugares do país, principalmente Minas Gerais e interior de São Paulo, que contribuíram para a formação histórica do município.

A valorização da atuação feminina, ainda requer um aprofundamento mais elaborado, e neste sentido, fazendo conexão aos dizeres de Orlandi (1999), é um processo que demonstra incompletude, tendo um caráter comparativo entre a história oficial e a história a partir do olhar feminino. De acordo com Farge e Davis (1991):

Para construirmos, no presente, uma outra história das mulheres, temos de nos desprender de um certo passado e lançar um olhar diferente sobre as fontes. (...) precisamos de articular o melhor possível todos os conhecimentos sobre a realidade feminina e sobre os discursos que dela falam. De nada serve, efetivamente, construir uma história das mulheres que se ocupe apenas das suas ações e dos seus modos de vida, sem ter em linha de conta o modo como os discursos influenciaram as suas maneiras de ser (...). (FARGE e DAVIS, 1991, p. 11).

Para as autoras, a construção da história das mulheres requer uma análise que considere não apenas as ações, mas o resultado das relações estabelecidas por meio destas, na sociedade. As autoras também enfatizam a importância da análise dos discursos como forma de compreensão dos fatores que interferem na formação da identidade feminina.

Alguns fatos históricos mostram como as lutas das mulheres foram importantes para se repensar e transformar essa realidade, tais como a criação de leis, o direito ao voto, os métodos contraceptivos, oportunidades de formação acadêmica e profissional, entre outros.

O direito ao voto não significa necessariamente o acesso pleno nas decisões e representatividade políticas. Apesar de apresentar-se como processo histórico onde as mulheres têm acesso ao contexto público, a participação de homens nos parlamentos e nos cargos que estão diretamente ligados a implementação de políticas

públicas, ainda é maior que a participação das mulheres.

O acesso aos métodos contraceptivos representou outra conquista importante para as mulheres, tendo em vista a possibilidade de controle sobre o seu corpo, a decisão sobre gerar filhos ou não, a ruptura com preceitos religiosos e sociais arcaicos onde o corpo da mulher era tratado como propriedade do homem. Enfim, as lutas, os desafios, e as conquistas possibilitaram às gerações atuais, a continuidade de questionamentos direcionados a definição do poder de decisão sobre seus corpos e suas histórias.

Portanto, história das mulheres pode ser entendida como história de resistências, de lutas, de conquistas, entre outros, mas também marcada por episódios de intolerância, de repressão, e em casos extremos, de violência simbólica, física, ou das mais variadas formas. Refletir sobre os aspectos de violência e também de resistência permite compreender como as relações se constituem a partir das narrativas e dos espaços, sendo esses geográficos ou históricos. Neste sentido, pode-se pensar sobre o estabelecimento das relações sociais entre as mulheres dos povos originários e os colonizadores, considerando os aspectos de imposição de uma estrutura social patriarcal e autoritária, assim como a luta e a resistência feminina.

### 3.2 A NARRATIVA HISTÓRICA E A ATUAÇÃO DAS MULHERES ENTRE OS POVOS ORIGINÁRIOS

Historicamente, após o Tratado de Tordesilhas, parte do território paranaense pertenceu aos espanhóis, inclusive onde hoje se encontra Santa Mariana.

Pesquisadores como o Professor Oldemar Blasi, Igor Chmyz, Lucio Tadeu Mota, entre outros, em parceria com o Museu Paranaense, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Estadual de Maringá, realizaram estudos arqueológicos em uma antiga redução jesuítica espanhola, no município de Santo Inácio – PR, a qual foi destruída pelos bandeirantes, para demarcação e exploração de território pelos portugueses. Os registros mostram que os indígenas que ali habitavam e que sobreviveram, com os padres jesuítas espanhóis, se deslocaram em fuga para a Argentina, e formaram outra redução, porém conservando o mesmo nome “San Ignácio”.

Os jesuítas espanhóis chegaram ao longo do século XVI e, no início

do seguinte, ergueram suas Reduções para a conversão religiosa das populações indígenas, dando origem a duas Reduções e dois aldeamentos no Vale do Paranapanema. A destruição destas Reduções entre 1630 e 1632, deslocando e dispersando seus moradores, abriu espaço para que grupos da etnia Kaingang, do tronco Jê, percorressem livremente a região até meados do século XIX. (MOTA, 2010, p. 174).

Em um estudo sobre as bacias hidrográficas do Paraná, realizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em 2010, a presença de povos originários na região norte paranaense, também é mencionada:

Os guaranis que ocupavam extensas áreas na região foram dizimados por volta de 1630 por bandeirantes paulistas. Este espaço foi desocupado e preenchido novamente por caingangues vindos do sul e pelos tupinambás, oriundos da Serra do Mar. Assim, surgiram expressões como Paranapanema (“rio azarado, ruim, sem peixe”) e Itararé (a “pedra escavada ou pedra que o rio escavou”). (PARANÁ, 2010, p. 52).

Observa-se que a distância geográfica entre os municípios de Santa Mariana e Santo Inácio - PR, é de apenas 196 km, e o Rio Paranapanema perpassa o território marianense, ou seja, esses aspectos podem dar indícios de que houve a presença de povos indígenas naquela localidade, antes da chegada dos pioneiros<sup>27</sup> na década de 1920.

De acordo com Mendes (2013), nas reduções jesuíticas, em muitos momentos ocorriam conflitos de ideias entre aquilo que era preceito entre os europeus, sobre o papel das mulheres e o que acontecia de fato nas comunidades. Para os religiosos, o casamento deveria ser realizado e cumprido conforme as regras da igreja, e a mulher deveria estar submissa ao esposo. Seu papel seria delimitado ao gerar e cuidar dos filhos e na realização de tarefas domésticas. Para eles, era necessário a implementação de um novo ordenamento social, definindo os papéis de homens e mulheres.

---

<sup>27</sup> Designação dada aos primeiros colonizadores da região, principalmente no período de correspondente ao início das atividades agrícolas e formação do território urbano. Verificam-se as diferenças nas relações com o território entre pioneiros e povos originários. Essa relação se estabelece de forma distinta, pois para os colonizadores essa relação é de atividade econômica, um instrumento dentro do sistema de produção e riquezas, um símbolo de poder econômico e de status social. Para o outro grupo, pode significar sua relação com seus ancestrais, fonte de vida e sobrevivência, sua identidade na relação com o meio, causa de lutas. Vale observar que no Plano Municipal de Cultura de Santa Mariana (2017), meta 19, há uma proposta de criação do museu dos pioneiros.

Porém, havia comunidades onde existiam lideranças femininas, compostas principalmente por mulheres mais idosas e que exerciam as funções de líderes, mediadoras, conselheiras e defensoras da manutenção das tradições e costumes de seu povo.

Em várias situações, os religiosos precisavam dialogar com as lideranças femininas, para que a comunidade aceitasse ou não os preceitos no âmbito das reduções. Quando essas mediações não se faziam favoráveis aos interesses dos jesuítas, os mesmos retratavam essas mulheres, em seus relatórios destinados as demais autoridades religiosas, de forma equivocada e pejorativa.

Em relação às formas como as mulheres dos povos originários eram retratadas pelos colonizadores europeus, Sousa (2010) faz uma análise em seus estudos. Para o autor, os colonizadores projetavam essas impressões dentro da visão de mundo que possuíam em sua experiência, ou seja, a partir das concepções sobre as mulheres europeias, que naquela época deveriam se constituir com uma identidade imposta pelo pensamento patriarcal, ou seja, tendo como adjetivos a fragilidade, a dependência, a obediência e a servidão à família e à igreja.

A descrição das mulheres indígenas é feita a partir dessas representações, com base em uma percepção masculina, impregnada de conceitos a partir de uma cultura totalmente diversa da vivenciada por essas mulheres. Nota-se que esses relatos, por meio das cartas históricas, tinham diversos objetivos, entre eles, justificar a colonização e a necessidade do cristianismo.

Segundo o autor, em alguns relatos as mulheres indígenas eram vistas como inocentes, não tinham vergonha de expor a nudez, e eram belas, comparadas as europeias. Em outros momentos, a descrição traz uma imagem de mulheres sem princípios, que seduzem os homens e são capazes de matar quando importunadas, com poderes misteriosos, pecaminosos. Há outros relatos sobre as lideranças femininas, com admiração ao poder que essas mulheres exerciam, mas com um certo estranhamento e desconforto. São descritas como seres independentes dos homens, capazes de liderar guerreiros nos conflitos, e submeter outros povos ao seu poder.

O que se observa é que não há uma preocupação em conhecer o outro, a cultura do outro por parte dos colonizadores, mas os relatos são especulações comparativas e descritivas desses homens diante de um contraste cultural tão intenso e visível com aquilo que já estavam familiarizados e acreditando ser o único correto e possível, e que, de certa forma, exprime o modo organizativo dos colonizadores diante

das suas conquistas.

O estranhamento com o modo de vida dos povos originários, em especial com as mulheres desses povos, não só diz respeito a uma questão cultural. Para atender aos interesses da Coroa e da Igreja, era preciso construir uma imagem, um discurso que justificasse a exploração das terras, mostrando um povo inocente que necessitava da intervenção para salvarem suas almas, ou a total desordem e falta de princípios morais e éticos, os quais, segundo os colonizadores, precisavam de intervenção.

Atualmente, não há comunidades indígenas em Santa Mariana, porém uma das comunidades que estão próximas geograficamente ao município é a comunidade Yvyporã Laranjinha localizada no município de Santa Amélia. Segundo dados da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a comunidade conta com aproximadamente 300 habitantes, divididos entre as tribos Guarani Nhandewa e Kaingang. O acesso aos dados referentes a essas comunidades, mostram não apenas o silenciamento histórico, mas estimula a reflexão sobre como vivem atualmente.

Os costumes, a cultura, as formas de organização da vida em comunidade tiveram influência e modificações expressivas, no contato e na interação com o colonizador, como pode ser observado em um trecho do relatório do Projeto Básico Ambiental - UHE<sup>28</sup> Mauá<sup>29</sup>, em 2016:

É importante ressaltar que historicamente as roças familiares de subsistência foram perdendo espaço para o monocultivo de algodão. Hoje, [...], a comunidade possui maquinários, implementos, insumos, assistência técnica para realizar essas roças, no entanto o monocultivo de soja, e recentemente o de alfafa ocupa a maior área agricultável da TI<sup>30</sup> o que provoca a dificuldade de produzir alimentos de consumo familiar. A busca de desenvolvimento da agricultura na TI Laranjinha, visando à segurança alimentar dos indígenas constituiu um foco de ação do PBA. Entretanto, a lógica do agronegócio permaneceu atrativa por parte das lideranças indígenas, sendo ainda difícil de ser revertida, e se choca com a lógica da comunidade onde o que é produzido na TI deve retornar para a comunidade, seja em produto bruto ou produtos adquiridos, com o recurso extraído da produção. (PBA – UHE Mauá. 2016. p. 06).

---

<sup>28</sup> Sigla para Usina Hidrelétrica Mauá. Esse projeto foi realizado em parceria com as lideranças indígenas de várias comunidades da região e instituições públicas como Funai, Ministério Público, Universidade Tecnológica do Paraná, além de profissionais como antropólogos, sociólogos, historiadores, engenheiros agrônomos, entre outros.

<sup>29</sup> Projeto Básico Ambiental – UHE Mauá. Disponível em [http://usinamaua.com.br/upload/tiny\\_mce/arquivos/comunidades\\_indigenas/Relatorio\\_2016/7\\_LARANJINHA\\_final.pdf](http://usinamaua.com.br/upload/tiny_mce/arquivos/comunidades_indigenas/Relatorio_2016/7_LARANJINHA_final.pdf). Acesso em 22 de junho de 2020.

<sup>30</sup> Sigla para Terra Indígena.

De acordo com o relatório, as lideranças indígenas dessas comunidades valorizam a produção por meio da monocultura e do agronegócio, o que segundo consta, contraria a ideia de produção tradicional para subsistência da comunidade. Percebe-se a mudança na relação com a terra, a qual passa a ser um dos instrumentos para a produção de alimentos em massa e excedentes, com intuito de geração e acumulação de capital. Essa mudança não ocorre de forma instantânea, e sim é resultante de um sistema de exploração social e econômico que transpassa o modo de vida das comunidades originárias. Nota-se a ausência da representatividade feminina da comunidade no relatório.

### 3.3 A QUESTÃO DA DESIGNAÇÃO SANTA, DE SANTA MARIANA.

Uma das observações feitas durante a pesquisa foi o termo Santa, utilizado para compor o nome do município. Considerando que segundo o Histórico Oficial, a nomenclatura foi uma homenagem de Francisco a sua esposa Mariana, por que ele escolheu a composição Santa Mariana, e não apenas Mariana? O nome do município vizinho, Cornélio Procópio, também foi proposto por Francisco em homenagem ao sogro e tio, então por que neste caso não houve menção do termo São ou Santo?

Conforme as regras da igreja católica, o termo santa só pode ser utilizado diante de um complexo processo, o qual define a condição de santificação de uma pessoa e a autorização para os fiéis a reverenciarem. Esse processo considera três caminhos para a santificação: martirização, quando se morre servindo os preceitos da igreja, a comprovação de milagres ou, ainda, decreto do papa, quando uma figura importante para a catequização, já falecida em séculos passados, é reconhecida como santa.

Como já afirmado, Mariana não foi homenageada como santa pela igreja, e sim pelo marido. Provavelmente a família era de base católica, mas tentando demonstrar a crença religiosa da família, Francisco também promove uma ruptura com os preceitos da igreja e uma apropriação popular da designação Santa.

De acordo com Miguel Bragioni (2019), existe no município de Porto Ferreira, estado de São Paulo, cidade natal de Mariana, uma fazenda chamada Santa Mariana, a qual recebeu esse nome em homenagem à avó que tinha o mesmo nome da neta. Então uma das hipóteses seria que Francisco quis dar continuidade a um costume de



família.

Gomes (1878), enfatiza o que significa ser uma “mulher santa”, por meio das funções de mãe e esposa:

Mas deixemos a choupana do pobre, e vamos transpôr os perystilos soberbos do palacio do rico. Por aposentos forrados de cédro, e sala cobertas de tapetes e guarnecidas de divans e leitos de marfim, divaga uma mulher, trajando vestido de bysso e purpura: é a esposa do rico, do opulento da terra. Distribue pão à família e trabalho aos servos. Dando o exemplo às mulheres que governa e dirige, fia o linho e tece os estofos, que converte em duplas tunicas para resguardar sua família dos frios do inverno, em tapetes para estender aos pés dos seus hospedes, e em velas e fochas para vender aos phenicios. Toda aquella actividade, todo aquelle zêlo, todo aquelle desejo de ganhar, se resume no legitimo orgulho de augmentar o patrimonio de seus filhos, e ligar seu nome, por meio da compra d'um campo ou d'uma vinha, à grande obra da prosperidade da sua casa. [...] nos revela o seu character energico e terno, e a sua educação altamente moralisadora. Porisso os mandamentos de Deus estão no coração da mulher santa, [...] pois a bondade da mulher é verdadeiramente o dom de Deus. (GOMES, 1878. p.212).

Nota-se um direcionamento sobre como deve ser o comportamento da mulher para ser uma esposa e uma mãe, naquela sociedade, ou seja, o termo santa não está diretamente ligado a questões de religiosidade, mas a apontamentos sobre o perfil da mulher a partir do pensamento patriarcal. Interessante que o texto não é direcionado especificamente ao contexto da família Junqueira, considerando os objetivos do autor, e o período histórico, porém atenta-se ao trecho onde a mulher considerada santa, ficará orgulhosa caso seu nome seja ligado a compra de uma propriedade rural, e quando a coloca como a esposa do “rico opulento da terra”, ou fazendeiro com grande poder aquisitivo.

Tanto no documento do IPAI, como no histórico do patrono da Escola Municipal, ambos de Ribeirão Preto, a imagem de Mariana está ligada as ações voltadas a assistência de crianças, como também de famílias de combatentes da II Guerra Mundial. Diante da leitura das fontes documentais consultadas para a pesquisa considera-se que uma das possibilidades seria que esse perfil de Mariana tenha despertado no esposo a vontade de homenageá-la como santa.

## CONSIDERAÇÕES

O estudo possibilitou indicar a relação entre elaboração de narrativas históricas e o silenciamento feminino, partindo de um contexto social e histórico específico. O propósito foi realizar uma análise sobre a prática social e a construção histórica a partir da perspectiva das mulheres, tendo como base a formação histórica do município de Santa Mariana – Paraná. Portanto, as narrativas históricas se colocam como possibilidades de análises sobre como os fatores inseridos nessa construção têm impactos profundos na prática social.

Ao longo do texto buscou-se compreender os elementos comuns nas formas de resistências e lutas das mulheres, sejam elas da classe operária, as mulheres indígenas, as mulheres negras, ou as que possuem uma condição social privilegiada. O que se observou é que todas são transpassadas pelo processo do patriarcado, em um contexto de sociedade capitalista, algumas com mais intensidade que outras, em relação ao processo de opressão.

O olhar para esse processo de opressão em relação ao feminino, pode evidenciar de maneira aprofundada, um processo de resistência, tendo como exemplos as práticas de resistências das mulheres dos povos originários no período colonial, as quais ainda se fazem presentes atualmente, na luta pela demarcação de terras, no acesso aos direitos fundamentais, na luta pela sobrevivência de seus povos. Além disso, observam-se as práticas de resistências das mulheres da classe trabalhadora e inseridas neste grupo, as mulheres negras, que influenciaram na formação cultural, linguística, nas lutas pelos direitos à liberdade e igualdade, na formação e atuação junto aos movimentos sociais, tendo suas lutas reverberadas para as novas gerações. Entende-se dessa forma que as lutas femininas são inúmeras, que os movimentos feministas são diversos diante dos desafios de superação das desigualdades e da opressão.

A desconfiança que cerca a história guardadora dos grandes registros é a que também move o questionamento em torno de temas que são pacificados, tomados como cristalizados. De certa forma, foi a incursão por e pela obviedade que faz questionar o funcionamento quase totalitário do discurso fundador de uma cidade, questionar quem era a mulher que nominava tal cidade, mesmo aparecendo tão pouco na historiografia. Com tal questionamento, outros tantos vieram: como ficaram as populações que já habitavam os territórios da cidade? Quem era essa população?

Como foi esse processo de colonização? Quais povos foram os colonizadores?

Mesmo que tais perguntas não seja o foco do trabalho considera-se necessário mencionar que foram tais questionamentos que, de certa forma, mobilizaram um olhar para história do município.

O desafio que se coloca é como as lutas das mulheres, tendo um aspecto político e coletivo, no sentido de questionamento e reivindicação, podem fomentar a inserção aos lugares de decisão para uma efetiva transformação da sociedade. Para tal, é importante colocar o papel estratégico da educação.

De fato, o acesso a uma educação crítica dos conteúdos e da sociedade, promove a conscientização da condição de sujeito e das amarras que as bases capitalistas colocam na classe trabalhadora, e mais precisamente, nas mulheres.

Para Freire, as duas variáveis de educação, uma voltada para a alienação, para a passividade, e outra para a liberdade, reforça o caráter político nas diferentes concepções. Assim como Tonet (2007), Freire (1967) coloca que para ocorrer as mudanças na educação é necessário que haja mudanças nas relações sociais vigentes. Porém, acredita que as mudanças podem acontecer quando houver uma educação voltada a problematizar a realidade, a promover uma análise crítica do contexto social.

A educação fragmentada, dualista, responde não apenas aos interesses de perpetuação da divisão social do trabalho, como reitera a condição de hierarquização social. Cabe notar que, os tipos de educação, sendo formal ou informal, ainda refletem resquícios de estratégias diferenciadas entre as direcionadas às meninas e aos meninos, e entre as diferentes camadas sociais. Ainda se observa práticas educativas, sendo estas no âmbito familiar, ou institucionalizadas como na escola, na mídia, na religião, onde as meninas recebem determinados direcionamentos os quais diferem para os meninos. O que se questiona é quando esse tratamento desigual traz consequências de prejuízo as mulheres como a desvalorização frente ao outro.

Como exemplo, pode-se citar o silenciamento feminino cotidiano, quando a mulher tenta expressar seu posicionamento, e por diversas vezes é interrompida, ou descaracterizada sua fala, ou sua escrita, desvalorizando sua capacidade intelectual e de percepção analítica. Além disso, observa-se também, o silenciamento secular, em que mulheres promoveram grandes impactos na humanidade, com suas descobertas, estudos, em diversas áreas do conhecimento, e foram esquecidas no cenário histórico.

Infelizmente, inúmeros contextos de invisibilidade das mulheres ainda persistem na atualidade, como na política, na educação, na literatura, entre outros. Nesse sentido, o silenciamento feminino não se restringe apenas as consciências, mas a toda uma organização social.

As contribuições dos estudos apresentados permitiram verificar como os silêncios são definidos em uma narrativa histórica; como a percepção de passado interfere nas relações sociais no presente; além da compreensão sobre os sistemas de formação de identidade.

Enfim, pode-se afirmar que o debate sobre as escolhas propositais de construção de narrativas históricas perpassa pelas relações de poder e de interesses políticos, econômicos, culturais, que estruturam as organizações sociais em determinado período histórico.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1980.

ARENDT, H. O que é política? 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUNESP, 2007.

BAO, C. E. Colonização e pioneirismo para além do eurocentrismo: Interculturalização, o relato histórico desde o sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_ **Dossiê Cultura em Foco: Cultura e Decolonialidade na América Latina**. Foz do Iguaçu: Claec, 2018.

BARROS, A. M. **Breves Notas ao Ensino de História da Educação**. Rio de Janeiro: E.Papers, 2004.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Polenlivros, 2019.

BEZERRA, J. Consequências da Primeira Guerra Mundial. **Toda Matéria - História**, 2019. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/consequencias-da-primeira-guerra-mundial>>. Acesso em: 15 dezembro 2019.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGIONI, M. Porto Ferreira Ontem – Fazenda Santa Mariana (parte 2). **Porto Ferreira Hoje**, 2019. Disponível em: <<https://www.portoferreirahoje.com.br/noticia/2019/07/04/porto-ferreira-ontem-fazenda-santa-mariana-parte-2/>>. Acesso em: 28 julho 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 14 ago 2019.

BRASIL. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br>>. Acesso em: 16 abr 2020.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no Município de Santa Mariana**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jan 2019.

BRASIL. TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado**, 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 15 fev 2019.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28 Julho 2020.

BRASIL, Á. S. **Cornélio Procópio**: das origens e da emancipação do município. 2. ed. Cornélio Procópio: UENP, 2014.

BURKE, P. **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPELLO, A. M. Dualidade Educacional. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br>>. Acesso em: 02 Abril 2020.

CAMPOS, M. C. A. D.; OLIVEIRA, I. A. C. **Debates contemporâneos em Educação**. Rio de Janeiro: Gamma, 2017.

CARNEIRO, F. **História da imigração no Brasil**: Uma interpretação. In. Boletim Geográfico. São Paulo: Instituto Brasileiro de Geografia, 1948.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ETIMOLOGIA da palavra pioneiro. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: <<https://origemdapalavra.com.br>>. Acesso em: 13 out 2020.

FARGE, A.; DAVIS, N. Z. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FONSECA, S. C. A. interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, p. 79-108, março 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FURET, F. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1982.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOBBI, A.; NASCIMENTO, M. L. B. P. **Educação e Diversidade Cultural: desafios para os estudos da infância e da formação docente**. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2016.

GOMES, M. **A Mulher Atravez dos seculos: estudo historico : sobre a condição politica, civil, moral e religiosa da Mulher**. Porto: Livraria Universal de Magalhaes & Moniz, v. 1, 1878.

HANSEN, P. S. **Digital History e Formação de historiadores: Sugestões para um debate**. In: TECENDO AMANHÃS: o Ensino de História na Atualidade. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2015.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INDURSKY, F. **De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST**. In: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

ISKANDAR, J. I. A IMIGRAÇÃO ÁRABE AO PARANÁ. **SABEN - Sociedade Árabe de Beneficência**, 2019. Disponível em: <<http://www.saben.org.br/memoria-arabe>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

KRUPSKAYA, N. K. **A Construção da Pedagogia Socialista: escritos selecionados**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Democracia da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LOMBARDI, C.; NASCIMENTO, M. I. M. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2017.

LUNA, C. **Escritoras hispano-americanas e projetos civilizatórios no século XIX**. In: Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades. Maceió: EDUFAL, 2006.

MACHADO, L. M.; MAIA, G. Z. A.; LABEGALINI, A. C. F. B. **O Estudo de Políticas Públicas**. In: Pesquisa em Educação: passo a passo. Marília: Edições M3T, 2007.  
MAGALHÃES, A. S. K. J. **Pensadores da análise do discurso: uma introdução**. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

MARCELINO, B. C. A. **Dossiê Cultura em Foco: Cultura e Decolonialidade na América Latina**. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2018.

MARIANO, S. A. **Desigualdades de gênero e políticas públicas: A inclusão das mulheres na política de assistência social**. In: As persistentes desigualdades brasileiras como temas para o ensino médio. Londrina: EDUEL, 2011.

MARTINS, C. **Mulheres, Liderança Política e Media**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2015.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach 1845**. In: Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã clássica. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2020.

MARX, K. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. Moscou: Progress Publishers, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/critique-pol-economy/preface.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MENDES, I. L. C. **As mulheres indígenas nos relatos jesuíticos da província do Paraguai (1609-1768)**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MOTA, L. T. **Redução Jesuítica de Santo Inácio**. Maringá: EDUEM, 2010.

MOTA, L. T. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, v. 7, p. 358-391, jan-jun 2014.

NUNES, P. H. F. **Lei de Migração: novo marco jurídico relativo ao fluxo transnacional de pessoas**. 2. ed. Goiânia: Edição do Autor, 2018.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

OLIVEIRA, L.M.S. **Mercado de câmbio: contribuição ao disciplinamento jurídico no Brasil**. Jurua Editora: Curitiba, 2008.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2008.

OSTOS, N. S. C. D. A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Caderno Pagu**, Campinas, jul-dez 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200011&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PARANÁ. **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Bacias Hidrográficas do Paraná: Série Histórica**. Curitiba: SEMA, 2010.

PARANÁ. LEI 1196/2017 - Aprova Plano Municipal de Cultura do município de Santa Mariana - PR. **Sistema Nacional de Cultura**, 2017. Disponível em:



<[http://snc.cultura.gov.br/media/lei\\_plano\\_cultura/Plano\\_Municipal\\_de\\_Cultura\\_c8x4pmQ.pdf](http://snc.cultura.gov.br/media/lei_plano_cultura/Plano_Municipal_de_Cultura_c8x4pmQ.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2019.

PARANÁ. Prefeitura do Município de Santa Mariana. **Histórico do Município**.

Disponível em:

<<http://santamariana.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1518>>.

Acesso em: 23 setembro 2018.

PORTO, M. D. F. S. **De batom e salto alto**: experiências de emancipação de mulheres empresárias. Patos de Minas 1980 -1990. São Paulo: Annablume, 2002.

PRIORI, M. D. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - Usina Hidrelétrica Mauá, Santa Amélia, 2016.

Disponível em:

<[http://usinamaua.com.br/upload/tiny\\_mce/arquivos/comunidades\\_indigenas/Relatorio\\_2016/7\\_LARANJINHA\\_final.pdf](http://usinamaua.com.br/upload/tiny_mce/arquivos/comunidades_indigenas/Relatorio_2016/7_LARANJINHA_final.pdf)>. Acesso em: 10 julho 2020.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

REVISTA BOM DIA, MARIANENSE. Santa Mariana: Edição Especial, 1990.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTA MARIANA EM REVISTA: Edição Especial. Bauru: Irmãos Coelho, 1962.

SANTA MARIANA EM REVISTA: Edição Especial. Bauru: Irmãos Coelho, 1966.

SÃO PAULO. **Histórico do Patrono** - Escola Municipal de Educação Infantil Anita Procópio Junqueira. Ribeirão Preto: Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/educacao/emei-anita-procopio-junqueira>>. Acesso em: 21 jul 2019.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, fev 1998.

SERRALHEIRO, C. A. **Ocupação, emprego e ofício do historiador, o legado deixado**. In: Fontes, Métodos e Abordagens nas Ciências Humanas: paradigmas e perspectivas contemporâneas. Pelotas: BasiBooks, 2019.

SIGNIFICADO da palavra pioneiro. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em:

<<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 13 out. 2020.

SILVA, M. A. D. **Feminismo**. In: Dicionário Paulo Freire. 2. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2015.

SOLNIT, R. **A mãe de todas as perguntas**: Reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUSA, D. D. M. **O grito do silêncio na obra de Ercília Nogueira Cobra**: de mulher demoníaca a feminista pioneira. Natal: UFRN, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21888/1/GritoSil%c3%a0nciaObra\\_Sousa\\_2016.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21888/1/GritoSil%c3%a0nciaObra_Sousa_2016.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2019.

SOUSA, G. **Presença do Feminino nos Relatos de Viajantes**: Caminha, Vespúcio e Carvajal. São Paulo: Universidade Falada, 2010. Disponível em: <<https://www.tocalivros.com>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCHI, L. A.; TEDESCHI, . A História das Mulheres (séc. XX - XXI): entre poder, resistência e subjetivação. **Tempo e Argumento**, v. 11, n. 26, p. 508-529, jan-abr 2019.

TONET, I. **Educação contra o Capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

UNESCO. **Do acesso ao empoderamento**: estratégia da UNESCO para a igualdade de gênero na e por meio da educação para 2019-2025. Paris: Publicações UNESCO, 2020. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

VALE, M. D. S. **Mulheres no Poder**: a trajetória política de Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil. Curitiba: Appris, 2019.

VERAS, N. S.; SENHORAS, . **Direito dos Migrantes e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Boa Vista: EdUFRR, 2018.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **PENSAMIENTO Y LENGUAJE**: Teoría del desarrollo cultural de las funciones psíquicas. Buenos Aires: Ediciones Fausto, 1995.

WHITE, H. **Trópicos do Discurso - Ensaios Sobre a Crítica da Cultura**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WITT, O. L. **Igreja na migração e colonização**: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

ZANIN, C. A. A noção de prova na obra de Carlo Ginzburg: desdobramentos teóricos 1990 - 2010. **Embora - Revista da Associação Nacional de História**, Fortaleza, v. IX, p. 175-195, jan - jun 2018. Disponível em:

<<https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3157>>. Acesso em: 22 jan 2021.

ZILBERMAN, R. **Leitoras de carne e osso**: a mulher e as condições de leitura no Brasil do século XIX. In: GRATIDÃO DE SER. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

ZILBERMAN, R. **As pedras e o arco**: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

